

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. Clarissa Eckert Baeta Neves (depoimento, 2016). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 12min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre BANCO SANTANDER. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Clarissa Eckert Baeta Neves
(depoimento, 2016)**

Rio de Janeiro

2017

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Celso Castro;

Técnico de gravação: Ninna Carneiro;

Local: Porto Alegre - RS - Brasil;

Data: 28/09/2016

Duração: 2h 12min

Arquivo digital - áudio: 1; Arquivo digital - vídeo: 1;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Memória das Ciências Sociais no Brasil”, desenvolvido com financiamento do Banco Santander, entre janeiro de 2016 e dezembro de 2020, com o objetivo de constituir um acervo audiovisual de entrevistas com cientistas sociais brasileiros e a posterior disponibilização dos depoimentos gravados na internet.

Temas: Alemanha; Alfabetização; Anos 1960; Bibliografias; Brasil; Casamento; Censura; Ciência política; Ciências sociais; Congressos e conferências; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; Departamento de Ordem Política e Social - DOPS; Direitos sociais; Ensino; Ensino fundamental; Ensino primário; Ensino superior; Estados Unidos da América; Etnias; Europa; Exílio; Família; Favela; Florestan Fernandes; Formação de professor; Formação escolar; Gênero; História oral; Igrejas evangélicas; Imigração; Inclusão social; Infância; Intelectuais; Língua portuguesa; Magistério; Militância política; Movimento estudantil; Movimentos sociais; Mulher; Obras de referência; Partido dos Trabalhadores - PT; Pedagogia; Pesquisa científica e tecnológica; Política; Portugal; Pós - graduação; Programas sociais; Projetos sociais; Região Sudeste; Regime militar; Religião; Rio Grande do Sul; Sociologia; Teatro; Teologia; Terrorismo; Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Uruguai; Viagens e visitas;

Sumário

Entrevista: 28.09.2016

Origens: a infância em Tuparendi–RS; as origens familiares alemã-luterana e o aprendizado da língua portuguesa; a mudança para Cachoeira do Sul; os estudos primários; a imigração alemã na região; o casamento interétnico na visão da comunidade local; o namoro com Abílio Baeta Neves; o interesse pela Docência: a opção pela escola normal e clássica; o interesse para continuar estudando no nível superior; a militância nas questões sociais durante a juventude; as palestras na igreja como importante meio de formação e informação; a rede de doações e programas sociais das igrejas evangélicas do Brasil e Estados Unidos; a inspiração do pai para o olhar sobre as questões sociais; o interesse pelo curso de teologia e a recusa da igreja pela questão de gênero; a luta pela aceitação das mulheres no curso de teologia; graduação: o interesse pela sociologia e a escolha pelo curso de Ciências Sociais; a mobilização estudantil em Porto Alegre no final da década de 60; a presença do DOPS na sala de aula e o controle sobre os alunos e professores; o contorno à censura através da compra de livros no Uruguai e a formação de grupos de estudos multidisciplinar sobre temas censurados pelo Regime Militar; a formação dos professores na época; a conciliação entre teoria e pesquisa empírica dentro do curso; a experiência com o professor estrangeiro de metodologia que viria a ser o seu futuro orientador no doutorado; a prática acadêmica como militância política; os contatos com as favelas e os campos rurais através das pesquisas científicas; a participação no projeto de alfabetização de adultos pelo método Paulo Freire; a liderança e o envolvimento na casa de estudante e as atividades com as comunidades ao redor; a sua atuação no teatro; as características compartilhadas pelo estudantes de origem alemã luterana; pós-graduação: a reforma universitária de 69 que inclui a pós-graduação na instituição; a política de desenvolvimento adotada pelo governo no Brasil em relação aos demais governos autoritários; a criação do mestrado em Sociologia e Ciência Política na UFRGS em 1972; o trabalho como professora no jardim de infância e a experiência pedagógica adquirida para docência durante a graduação; o trabalho de pesquisa no SENAC sobre a rede hoteleira em Porto Alegre; o convite para uma nova pesquisa sobre um diagnóstico sobre a pós-graduação brasileira pela CAPES; a vida no Rio de Janeiro; a extensão da pesquisa para o doutorado na Alemanha; o compartilhamento de uma bolsa de doutorado fornecida ao casal de doutorandos e a conclusão do curso; a vida na Alemanha: o planejamento familiar durante o doutorado; a oportunidade do cargo para Professor Assistente na Alemanha e a criação do CELA – Centro de Estudos Latino-Americanos; o conflito no contrato de trabalho com a imigração; a relação étnica e cultural na Alemanha e a receptividade dos brasileiros no exterior; o contexto político da época de mobilizações de esquerda e controle do terrorismo; o contato com outros estudantes na universidade; as bolsas fornecidas as estudantes brasileiros em exílio na Europa; as teorias sociológicas emergentes na Europa: a experiência profissional de frequentar os Congressos e conhecer os grandes intelectuais das Ciências Sociais; as teorias sociais emergentes na época; a imersão intelectual nas inovações e nas releituras teóricas; a cena intelectual em Paris; as discussões político-culturais e ideológicas nas universidades alemãs; a teoria desses autores dentro da sua especialidade no campo da Sociologia da Educação; o encontro com Niklas Luhmann na sua passagem pelo Brasil; as divergências teóricas entre Luhmann e Jürgen Habermas; a volta para o Brasil e a UFRGS: a gravidez longe da família; a volta para o Brasil; a entrevista com Florestan Fernandes para a pesquisa da pós-graduação;

a docência na UFRGS; a organização da graduação e o programa da pós-graduação em Ciências Sociais; a docência multidisciplinar na UFRGS; a sociologia clássica, moderna e contemporânea; a escolha do tema de doutorado e a reflexão sobre a implementação da pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil; as avaliações do curso sob o olhar da CAPES; a avaliação na graduação; o aprofundamento no campo educacional: o processo de interiorização do Ensino Superior no Brasil; o estudo comparado com a Europa; o estudo da reestruturação das universidades após a queda do muro de Berlim no lado oriental; as diferenças entre os processos e as mobilizações no Brasil e na Alemanha; o estudo e o impacto do “Processo de Bolonha”; a flexibilização do currículo conciliada à mobilidade na Europa; a rediscussão de Bolonha; as publicações em livro e a ANPOCS: a participação no Projeto Fullbright na Califórnia e as peculiaridades do ensino norte-americano; o encontro com o sociólogo Carlos Benedito Martins; a participação dos pesquisadores e estudantes na ANPOCS atualmente; o desenvolvimento acadêmico em Porto Alegre: as instituições de pós-graduação do sudeste e o diálogo com a produção acadêmica de Porto Alegre; a reuniões nas associações dos sociólogos; os contatos e as interlocuções com o sudeste; o desenvolvimento acadêmico em Porto Alegre com o retorno dos profissionais à cidade; as linhas de pesquisa desenvolvidas; a autonomia do desenvolvimento das pesquisas adquiridas nos diversos lugares do Brasil; a sociologia no Brasil: as gerações de pesquisadores nas instituições que descentralizaram os centros de excelência no sudeste; as críticas às pesquisas da sociologia atual; o estudo de novas teorias; a microsociologia e a macrosociologia; o surgimento de associações e temas especializados; as questões recentes na Academia: inter, trans e multidisciplinaridade nos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs); as disciplinas e as pesquisas inter, trans e multidisciplinares; os professores-pesquisadores atualmente e conciliação das funções com o tempo; a falta de discussão sobre a graduação nas universidades; a experimentação de um modelo de aula dialógica ao invés da expositiva; a reformulação do currículo; novas pautas: a educação no Ensino Superior: os projetos educacionais no exterior; a criação de novos cursos no Brasil pelo Reuni no governo petista; a inovação dos campos de estudos; o projeto de estudo do Ensino Superior dos BRICS; as políticas de inclusão social na educação brasileira; os livros que lhe marcaram na trajetória das Ciências Sociais.

Entrevista: 28.09.2016

C.C. – Em primeiro lugar, muito obrigado por nos receber, fazer essa entrevista para o projeto “Memórias das Ciências Sociais no Brasil”, título um pouco abrangente. Nós já entrevistamos a sua irmã Cornélia que falou bastante da vida familiar. Não sei se você chegou a ler a entrevista dela?

C.N. – Sim.

C.C. – Filha de um pastor luterano, brasileiro, descendente de alemão. Mas você podia comentar um pouco esse teu contexto. Você é a irmã mais velha?

C.N. – Eu sou a mais velha. A Cornélia é a mais nova. E tenho uma irmã do meio, que é Córdula, que é engenheira agrônoma. Eu li a entrevista e pensei: “O que eu poderia falar além do que a Cornélia já comentou, não é?” Talvez um aspecto interessante seja que eu nasci em Tuparendi, interior do Rio Grande do Sul, perto de Santa Rosa. Aí, o meu pai foi transferido para Vila Doutor Augusto Pestana, que era perto de Ijuí, e lá foi onde eu cresci e morei até os oito anos. Eu falava só alemão até os seis anos. Eu fui aprender português na escola. Eu frequentei essa escola, que era uma escola unidocente, era um professor só para as quatro séries, e era ligada à comunidade onde meu pai era pastor, não é? Na escola, então, eu aprendi o português. Fiz o primeiro ano, o segundo ano, no terceiro ano primário, isso foi já em 1957, o meu pai achou que: “Bom, tem só mais um ano de escola. O que vou fazer com as minhas filhas?”. A Cornélia tinha nem um ano. Ele foi convidado para ir para Cachoeira do Sul assumir a comunidade luterana em Cachoeira do Sul. Então, eu estava no terceiro ano. Era julho quando nós nos mudamos. Eu me lembro que nós chegamos em Cachoeira e a diretora do colégio era a Amália Geisel, irmã do Ernesto Geisel, que depois foi Presidente até da República. A gente chamava ela do quinto general, porque ela era a única irmã entre quatro irmãos, não é? E ela me disse: “Pastor, a Clarissa tem que voltar para o segundo ano. Ela vem de uma escola lá do interior...”. Eu achei aquilo horrível. Eu disse: “De jeito nenhum, pai. Eu não vou voltar para o segundo ano. Eu estou no terceiro ano e quero continuar no terceiro ano”. E fui para o terceiro ano e me saí bem. Esse é o começo que me lembro: aprendizado de português na escola, a passagem de uma escola unidocente e ir para uma escola onde cada série tinha um professor. Isso já em Cachoeira do Sul.

C.C. – Cachoeira do Sul é uma região também de imigração alemã ou não?

C.N. – Posteriormente. O início é colonização portuguesa, como a Cornélia menciona, era área de charque e basicamente era colonização portuguesa. Colonização era mais em torno de Cachoeira do Sul. Agudo, Paraíso do Sul, são municípios em torno de Cachoeira que eram de imigrantes alemães, e depois foram chegando para Cachoeira também. Então, Cachoeira tem uma comunidade luterana... Aliás, o começo da Igreja... Porque a Igreja Luterana tem a sede em São Leopoldo, mas o começo foi em Cachoeira do Sul. O primeiro sínodo foi lá em Cachoeira. Ou seja, a população de origem alemã em Cachoeira do Sul e a maioria é luterana.

C.C. – Essa questão étnica era importante na sua infância, ser filha de alemão?

C.N. – Sim, ser filha de alemão, fala alemão. Eu era diferente até na escola. Na escola que eu estudei... Essa escola era uma escola ligada à comunidade luterana de Cachoeira do Sul. Era confessional, mas, digamos, laica. Havia um ensino religioso e tudo, mas, no mais, ela era uma escola como qualquer outra escola privada. E havia pessoas tanto de origem alemã quanto de origem, digamos, brasileira. Agora, o que eu lembro, assim, a família tanto do meu pai quanto da minha mãe era de origem alemã, não é? E naquela época, eles eram os de origem alemã e os brasileiros. Os casamentos eram só entre os mesmos pares. Quando um de origem alemã casava-se com brasileiros era um fato, digamos, no mínimo questionável: “Como ela vai casar com um brasileiro?”. Aliás, foi o que aconteceu quando eu comecei a namorar o Abílio, brasileiro, Baeta Neves. Eu sei que os irmãos da minha mãe diziam assim: “Mas como você vai deixar a Clarissa casar com brasileiro?”. Porque o Abílio não é pardo, é branco, mas eles diziam: “Ele é azul”, porque ele não era preto.

C.C. – Azul?

C.N. – É. Ou seja, não é branco. Em alemão eles falavam: “Es ist blau”. Mas, enfim, o Abílio conquistou meu pai, conquistou toda a família, não é? Intelectual, meu pai sempre gostava também... É um intelectual. Então, quando os dois se encontravam...

C.C. – Ele escreveu um livro, não é?

C.N. – Discussão de teologia, filosofia. Aí, deu certo.

C.C. – Bom, é Escola Normal que você fez também junto com o Clássico ou Científico?

C.N. – Quando eu escrevi o meu memorial, eu participei da promoção para titular em 2014, eu busquei um fio condutor, porque eu tinha que lembrar toda a minha trajetória. Aí, o meu fio condutor foi uma passagem, digamos, que eu li no Gilberto Velho que é a questão de ter projetos e campos de possibilidades. Então, eu fui refletindo sobre a minha trajetória sempre a partir disso: “Que projetos eu tive, que escolhas eu fiz e que campos de possibilidades eu tive, não é?”

C.C. – Gilberto foi meu orientador de mestrado e doutorado.

C.N. – Ah é? Gilberto é uma figura inesquecível, não é? Aí, desde cedo... Quando eu fiz o primário e o ginásio, depois lá em Cachoeira nessa escola, eu disse: “Não, mas eu quero continuar estudando”. Naquela época, é claro, havia muitas opções, mas especialmente para as meninas a opção era ser professora. Mas isso a gente achava que era uma vocação também. Hoje, a palavra vocação é complicada, não existe mais vocações. Mas naquela época eu digo: “Não, eu acho que eu quero ser professora”. Então, eu fiz a escola normal. Mas como eu gostava também muito de Literatura, Filosofia, de História, eu digo: “Eu não vou ficar só na Escola Normal”. Aí fiz o Clássico também. A Escola Normal de manhã e Clássico à tarde. Todos eram de três anos, só que depois da Escola Normal, ainda tinha meio ano de estágio. O interessante é que eu vim depois para Porto Alegre, fiz pré-vestibular, porque eu queria estudar na Universidade e eu fiz um teste de vocação profissional. Deu Física. [riso] Eu era boa em Matemática e tudo, mas não tinha a menor ideia porque Física, não é? Abandonei o tal do teste e digo: “Não, eu quero ficar na área, digamos, mais da cultura, das questões sociais”. Bom,

terminei o magistério, na época era a Escola Normal, em uma escola pública, Escola João Neves da Fontoura. E no mesmo prédio funcionava o Clássico, só que tinha o nome de Escola Doutor Liberato Salzano Vieira da Cunha. Excelentes escolas públicas. Mas quando eu terminei esses dois cursos eu disse: “Não, eu quero continuar estudando”. Cachoeira não tinha universidade, não tinha faculdade. Anos depois foi ter faculdade, inclusive, meu pai participou do movimento, não é? Foram criadas faculdades em Cachoeira e hoje Cachoeira eu acho que faz parte da Ulbra, se não me engano. As faculdades são...

C.C. – Da Ulbra, não é?

C.N. – Ulbra e também uma parte de Santa Maria. Eu não tenho certeza agora. Bem, tem uma questão interessante é que eu atuei muito, na minha juventude, com questões sociais. Eu era parte da juventude evangélica, que era um grupo que se reunia todos os sábados de tarde, nós cantávamos, tínhamos palestras. Eu me lembro, na época, uma palestra que era inesquecível: LSD. Um médico foi lá falar sobre LSD. A gente não tinha a menor ideia, mas era aquela coisa de psicótico...

C.C. – Isso era o quê, anos 60, não é?

C.N. – Isso era anos 60 a mais ou menos 67. Eu vim para Porto Alegre em 69. Eu me formei em 66, 67. Em 68, eu vim para Porto Alegre e fiz o vestibular em janeiro de 69. Em março, eu entrei na universidade. Então, foi década de 60.

C.C. – No seu memorial que eu li também, você menciona essa preocupação com questões sociais, mas agora você está dando mais concretude do que era. Essa participação tinha a ver com a Igreja.

C.N. – Tinha a ver com a Igreja.

C.C. – Mas, perdão, a palestra com LSD marcou por quê?

C.N. – Porque era uma coisa, para nós, fora da nossa realidade, mas a gente ouvia falar que tinha uma droga que deixava as pessoas alucinadas e não tinha a menor ideia de como, o que era isso, não é? Então, temas que nos interessavam, nós buscávamos, então, através de palestras, informação. Então, isso era uma coisa que me marcou. Eu sempre tive muita curiosidade. Esse grupo era sempre sábados à tarde, não sei, das três às cinco que a gente se reunia. Tinha uma parte mais, assim, de estudo bíblico que a gente fazia; cantos, muitos cantos, brincadeiras, mas sempre tinha uma parte também de informação. Nós convidávamos um profissional, advogado, médico que falava sobre algum tema que estivesse, digamos, naquele momento sendo discutido, refletido.

C.C. – Tinha alguma ação social também de filantropia?

C.N. – Sim, nós tínhamos um programa de cuidado com idosos. Cuidado não, era mais atenção aos idosos. Os idosos da comunidade, nós tínhamos uma lista, quando eles faziam aniversário, a gente ia lá e cantava. Eu tocava violão, eu cantava junto com mais duas amigas...

C.C. – Cantava em alemão?

C.N. – Não. Português, inglês, alemão, todas as línguas. Junto com mais duas amigas, nós tínhamos um grupo de canto. Então, a gente cantava em festa, em churrascos esse grupinho. Mas na juventude evangélica nós tínhamos um grupo também, a gente se dividia e íamos às casas das pessoas idosas para cantar, para dar um apoio para elas. Um outro trabalho que a gente fazia era auxiliar, por exemplo... Naquela época, a nossa Igreja recebia, digamos, roupas e alimentos não perecíveis dos Estados Unidos. Era um programa que tinha das Igrejas americanas com a Igreja aqui no Brasil. A minha mãe coordenava esse programa. Então, chegava toneladas de alimentos e roupas, e nós ajudávamos a separar. As famílias pobres eram atendidas através desse programa, não é? Então, era tipo, assim, de ações sociais que a gente fazia.

C.C. – Não tinha nenhuma dimensão mais política de trabalho?

C.N. – Não, não.

C.C. – Você menciona que queria fazer faculdade de Teologia, e aí não aceitavam mulheres e você ficou revoltada...

C.N. – Sim, em função desse meu envolvimento e eu achava o trabalho do meu pai absolutamente fascinante, não é? Não era só um trabalho religioso, mas um trabalho social de ajuda ao próximo, de apoio. Na minha casa sempre tinha lugar para mais um, sempre tinha mais um almoçando. Era uma movimentação. Eu achava aquilo muito interessante. Eu sentia que meu pai estava fazendo alguma coisa que valia a pena, socialmente relevante. Aí, eu pensei em todas as profissões possíveis: “Eu quero fazer Teologia também”. Quer dizer, junto com o trabalho social, eu achava importante a discussão teológica, não é? E aí, o meu pai mandou uma carta para o presidente na época da Igreja e disse: “Olha, minha filha quer fazer Teologia”. E para a minha decepção ele disse: “Não, não. Teologia é um curso só para homens”.

C.C. – Quer dizer, nem o seu pai sabia disso.

C.N. – Nem o meu pai. Ele tentou e foi negado. Aí, eu fiquei muito indignada. Aí, eu comecei... Eu me lembro de tudo que é evento que eu ia. Porque eu tinha atividades também... Talvez isso seja importante: existe uma rede de juventudes evangélicas em comunidades pelo Rio Grande do Sul e nós nos encontrávamos. Todos os anos a gente fazia encontros anuais de juventude especialmente em Novo Hamburgo, que tinha um grupo muito importante, e em Porto Alegre. Então, nós tínhamos um trabalho também mais amplo, coletivo, digamos, com outras juventudes. Teatro a gente fazia também. Fazíamos excursão, fazíamos teatro pelo interior do Rio Grande do Sul. Aí, quando eu tive essa negativa, “ah não, é um curso só para homens”, eu fiquei muito indignada e aí quando eu ia à eventos eu reclamava: “Olha, eu acho que Teologia tem que ser um curso para quem gostaria de fazer. Por que ele é um curso masculino? Por que uma mulher não pode estudar Teologia”. E eu acho que essa minha indignação causou evento, porque anos depois o curso de Teologia foi também aberto para mulheres. Hoje nós temos, na nossa Igreja, muitas mulheres pastoras que assumem a comunidade. Aqui mesmo, em Porto Alegre, a comunidade São Lucas, a qual eu pertença, lá está uma pastora.

C.C. – Você continua ligada à Igreja desde então?

C.N. – Sim. Bom, mas aí eu tinha que escolher outro curso. Como eu tive Sociologia no Clássico, eu comecei a gostar muito da... Hoje eu lembro, o livro era de 1940, *Introdução à Sociologia*, Amaral Fontoura, mas eu achava o tema muito interessante, sobre relações sociais, contatos sociais, contato primário que era uma família, contato secundário, os grupos, depois as diferentes instituições. Eu achei muito interessante conhecer um pouco a sociedade, como a sociedade se estrutura, como ela se organiza, o que é uma sociedade. Quer dizer, era uma Sociologia sistemática, uma Sociologia de conceitos. Então, por mais simples que fosse, por mais a-histórico, atemporal, eu fiquei, digamos assim, fascinada por essa disciplina. Aí, eu procurei informações e descobri que tinha um curso de Ciências Sociais. Aí eu me candidatei, fiz o vestibular.

C.C. – Em Porto Alegre, mas você já tinha vindo para cá?

C.N. – Não.

C.C. – Você veio para fazer a faculdade.

C.N. – Vim para fazer. Eu me formei em julho de 68 na Escola Normal, porque tinha meio ano de estágio. O Clássico eu já tinha terminado em 67. Aí, em agosto de 68, eu vim para Porto Alegre e fiz o curso pré-vestibular.

C.C. – Você começou em 69?

C.N. – Comecei em 69.

C.C. – No final de 68 tem o AI-5, não é? Então, a gente está no meio do Regime Militar e as Ciências Sociais, Sociologia em particular, demonizadas como coisas subversivas, de comunista e tal. Isso não era problema para você na família, sei lá, escolher uma...?

C.N. – Na família não, porque eu comecei em 69, não é? Então, eu cheguei em 69 primeiro conhecendo os professores, a disciplina...

C.C. – 68 era um ano... Quer dizer, já era Regime Militar, mas ainda de muita mobilização estudantil, passeatas...

C.N. – Só que essa mobilização era basicamente na universidade e também escolas... Mas eu não conhecia Porto Alegre, então eu não participava disso. Eu estava fazendo curso pré-vestibular me preparando para o vestibular. Quando eu entrei na Universidade, lembro também que foi o ano da reforma universitária, 68. Então, eu peguei toda a mudança: fim da cátedra, criação dos departamentos, mudança de currículo, o regime que era anual virou semestral (as disciplinas viraram semestrais), conceitos, créditos. Tudo era novo em 69.

C.C. – Além da reforma teve afastamento também de muita gente, não é?

C.N. – Sim, teve afastamento. E aí, o mais interessante do que eu lembro daquela época eram duas situações bem interessantes: uma situação era a censura. Então, nós tínhamos colegas que eram do Dops. Era muito interessante, a gente chagava, olhava lá no fundo da sala e estava sentado um sujeito de gravata, de terno, casaco preto, óculos escuros. Era óbvio que aquela criatura não era nosso colega. Ele sentava ali na sala com esse objetivo de ficar controlando o que era falado nas disciplinas. Hoje eu não me lembro se... Podia até ter uma matrícula provisória ou alguma coisa assim, mas o Dops estava dentro da cidade, dentro do curso, dentro das disciplinas, controlando os professores, não é? Mas por outro lado, apesar dessa censura, foram anos extremamente efervescentes. Nós queríamos entender: o que está acontecendo no Brasil, o que se passa na América Latina? Então, livros que eram proibidos no Brasil, por exemplo Paulo Freire, nós comprávamos no Uruguai. Nós íamos para o Uruguai, comprávamos os livros lá. Nós íamos para a Argentina e trazíamos esses livros para cá. Nós tínhamos grupos de trabalhos. Eu me lembro que eu tinha um grupo de estudos sábado de noite sobre *O Capital*. Eu fico imaginado, sábado de noite, em Porto Alegre e a gente lendo *O Capital*. E eram vários colegas. Nós tínhamos uma tarefa, fazíamos uma leitura do capítulo e depois discutíamos. Então, tínhamos colegas, da economia, de outros cursos que nos acompanhavam, não é? Apesar da censura, apesar da Ditadura, o curso de Ciências Sociais era extremamente agitado.

C.C. – Mas e os professores que você encontrou lá? Qual era a geração?

C.N. – Olha, era uma geração mais velha e mais jovem. Eu lembro assim, professor de Sociologia, o professor João Guilherme Correia de Souza foi o nosso professor de Teoria Sociológica Clássica. O professor Héglio Trindade foi o professor de Ciência Política. O professor Héglio era mais jovem, o professor João Guilherme era uma outra geração. Ruben Oliver foi o meu professor de Antropologia. Então, tinha várias gerações, uma geração mais jovem e uma geração... Não tinham uma formação de mestrado e doutorado, não é? Era uma geração que vinha... O professor João Guilherme tinha uma formação na área do Direito e depois ele assume essa disciplina de Sociologia. Ele era um autodidata. Ele lia, lia, lia muito e nos dava aula expositiva e nós líamos também Durkheim, Max Weber e Marx, na época. Mas ele também se policiava com relação a temas que a gente discutia. A maior parte dos professores cassados foi na Filosofia e também teve na Sociologia. Os demais professores foram, digamos, poupados disso, não é?

C.C. – Agora, o curso era basicamente de discussão teórica clássica ou tinha alguma dimensão de pesquisa?

C.N. – Tinha, tinha. Nós tínhamos a parte mais de teoria nas três áreas: Ciência Política, Sociologia e Antropologia. Depois nós tínhamos a parte mais temática, então: Sociologia da Cultura, Sociologia do Trabalho, na época Sociologia Industrial.

C.C. – Sociologia Rural também.

C.N. – Sociologia Rural. E as metodologias, e aí tem um fato interessante também. Nós tínhamos um Centro de Estudos Sociais coordenado pelo professor Laudelino Medeiros. Esse centro fez um convênio com o Centro de Pesquisas em Dortmund, coordenado pelo professor Helmut Schelsky. Na época, tinha um jovem professor, pesquisador, que foi depois o meu orientador de doutorado, Achim Schrader. Ele veio ao Brasil para fazer a sua pesquisa

preparando, digamos, a candidatura para a habilitação – seria uma espécie de professor titular. E ele era um professor de Metodologia. Então, ele dava curso de Metodologia para nós. O pessoal da Ciência Política convidou um estatístico. Eu me lembro que eles faziam muita pesquisa eleitoral, e convidou um estatístico norte-americano. Então, na parte de Metodologia, nós sempre tínhamos professores de fora - um americano, professor Schrader da Alemanha, um professor francês - que incrementavam essa nossa formação na área de Metodologia. O curso tinha alunos que eram bem militantes, participando de movimentos políticos. Alguns alunos foram, inclusive, presos. Outros não tão militantes, apesar de, digamos assim, terem participação em discussões políticas, mas não necessariamente eram militantes, mas tinham uma atividade social muito intensa. Eu lembro disso, que a gente achava assim: “Nós temos que realidade social e intervir nessa realidade social pelo menos através da pesquisa, através dos resultados da pesquisa”. Então, duas coisas que me marcaram naquela época: uma foi a participação em pesquisas com os professores para conhecer as comunidades rurais e comunidades periféricas, por exemplo, na época, favelas: quem era morador de favela, quem era periferia de Porto Alegre? Então, eram pesquisas... Essa era coordenada pelo professor João Guilherme e nós participávamos fazendo questionário, aplicando questionário, aplicando na análise dos dados, não é? E um outro movimento que participei e alguns colegas também foi com projeto de alfabetização de adultos no método Paulo Freire.

C.C. – Podendo usar o método Paulo Freire ou escondido?

C.N. – Usamos o método Paulo Freire em plena época de Ditadura. Nós viajavamos para o interior sempre vinculados à Igreja. Então, a gente se oferecia a uma comunidade: “Olha, nós podemos fazer um trabalho de alfabetização de adultos”. Isso eu fiz, eu acho, por dois anos. Sempre nas férias, a gente ia para o interior...

C.C. – Mas aí, o colega do Dops não acompanhava essas excursões. [*risos*]

C.N. – Não, não acompanhava não. Porque, na época, já era discutido a alfabetização de adultos e era um programa também do governo, que depois foi o Mobral. Então: “Não, nós estamos fazendo alfabetização de adultos”. Mas nós não usávamos o Mobral, usávamos o método Paulo Freire, que tinha toda a questão da conscientização, educação libertadora. Então, a gente usava todo o método dele, as fases da alfabetização, o ponto de partida que era a realidade do indivíduo, onde ele estava localizado. Ninguém: “Ivo viu a uva”. Os caras não tinham visto a uva ou tijolo. Não, eram pessoas da área rural, então a gente partia da realidade rural, do que eles plantavam, de como eles viviam e etc. Eu me lembro que foi uma experiência bem interessante. Ou seja, a gente agitava muito naquela época, não é? Eu morava em casa de estudante. Na Casa de Estudante eu tinha uma certa liderança também, cheguei até vice-presidente da casa. E a Casa ela era originalmente propriedade da Igreja Evangélica de Porto Alegre, da Igreja aqui do centro. Mas nós pedimos à Igreja que nos desse autonomia para gerenciar a Casa e conseguimos essa autonomia. Bom, mas isso implicava também mais responsabilidade. Então, nós fazíamos festas para arrecadar dinheiro, pedíamos doações para manter a Casa e fazíamos teatro também. “Morte e vida Severina” até isso eu já fiz na minha vida, eu era uma das choradeiras.

C.C. – [*riso*] Carpideiras.

C.N. – Carpideiras. Bom, viajávamos também pelo interior para fazer teatro e sempre ligado à comunidade... Na casa, a maioria dos estudantes que moravam lá era do interior do Rio Grande do Sul. Então, a gente buscava contato com as comunidades de origem desses estudantes também, não é?

C.C. – Agora, a tua rede de sociabilidade evangélica luterana continuava funcionando? Você também circulava na faculdade juntando as duas coisas ou era um mundo à parte?

C.N. – Não. São mundos à parte, óbvio. Mas a gente tentava de alguma forma combinar essa situação. Muitos dos moradores da casa, a maioria eu diria, eram de origem alemã, vinham do interior, e eram luteranos, mas a casa em si não tinha essa conotação de ser uma casa luterana. Não, era uma casa de estudantes universitários. Mas a gente tinha toda essa bagagem de ser de origem germânica. Tu olhas pelos nomes que a gente tinha, era Schneider, era Eckert, era Müller. A maioria era de origem alemã e luteranos, mas a casa em si era uma casa universitária.

C.C. – Você se formou em final de 72?

C.N. – Sim.

C.C. – Também está no auge da Ditadura ainda, não é? Mas qual era a perspectiva profissional nesse momento? Quer dizer, independente do que você foi fazer depois. A pessoa que se formava em Ciências Sociais nessa época, a pós-graduação não estava muito desenvolvida como é hoje com mestrado e doutorado.

C.N. – É, mas naquele momento a pós entrou em cena e aí foi uma grande virada. Eu até estava lembrando, o parecer do Newton Sucupira 977/65 foi que regulamentou a pós-graduação. Em 69, vem a reforma universitária que instituiu oficialmente a pós-graduação na estrutura da Universidade. E a ideia da reforma era um pouco uma revolução pelo alto. A ideia era: “Vamos fazer uma pós-graduação forte. A pós-graduação vai formar professores para a graduação. Os professores da graduação vão formar bons profissionais e também professores para o ensino médio. Então, bons professores para o ensino médio vão formar bons alunos”. Quer dizer, era bem essa lógica, essa revolução de cima para baixo.

C.C. – É. Em um regime autoritário você tem o desenvolvimento de uma pós-graduação pujante. Isso é sempre visto como uma surpresa. Muitos regimes autoritários decapitaram qualquer projeto de pós-graduação.

C.N. – Mas acontece que... O que eu acho que foi diferente no Brasil é que, digamos assim, a base de sustentação do governo naquela época era mais desenvolvimento, mais capitalismo, como era o slogan? Desenvolvimento forte.

C.C. – “Esse é um país que vai para frente”, não é? Tinha esse slogan.

C.N. – É. Mas aí também nós temos que lembrar o seguinte: os militares se assessoraram com tecnocratas, não burocratas, mas tecnocratas: o Reis Veloso. O Reis Veloso foi muito importante, foi ministro do Planejamento e ele tinha uma visão: “Bom, mais capitalismo e mais

desenvolvimento, só com recursos humanos altamente qualificados. Então, temos que ter a pós-graduação”.

C.C. – Desenvolvimento era a palavra-chave, não é?

C.N. – Muito diferente foi o período militar na Argentina, mesmo no Uruguai. Então, esta foi a grande surpresa no Brasil. Mas isso foi uma coisa bem planejada. Aí, a regulamentação da pós em 65. Em 68, ela é introduzida na universidade. Em 69, tem mais um parecer do Newton Sucupira. Então, em 72, quando eu terminei a minha graduação, não havia ainda muita... Em 72, foi criado um mestrado em Sociologia e Ciência Política na UFRGS. O meu marido, Abílio, inclusive, começou fazendo mestrado. Eu não fiz o mestrado. Porque ele começou em 72 e eu só me formei no final de 72.

C.C. – Ele se formou um ano antes?

C.N. – Ele se formou um ano antes.

C.C. – Então, você o conheceu na faculdade?

C.N. – Vários casais saíram... Daquela turma, foram vários casais que se encontraram. [*riso*]

C.C. – No início do curso?

C.N. – Não, não, na metade do curso, não é?

C.C. – Aí, vocês se casaram em que altura?

C.N. – Em 74.

C.C. – Depois, então?

C.N. – É. Depois do curso. Casamos em 74. Quando eu me formei... Também, só um detalhe, eu tinha que me sustentar, não é? Então, durante todo o curso eu trabalhei como professora de jardim da infância.

C.C. – Você menciona isso.

C.N. – É. E foi uma coisa assim... Eu, hoje, quando dou aula na pós-graduação, às vezes, lembro de coisas do jardim da infância que foram extremamente criativas, inovativas e eu relembro essa história. Eu converso com os meus alunos de pós-graduação sobre a minha experiência como professora no jardim da infância especialmente o despertar curiosidade nas crianças.

C.C. – Você enfatiza a questão didática, não é? Como ela é deixada um pouco de lado. A minha pós-graduação foi muito de ler texto e o que vocês acharam do texto. Excelentes professores às vezes, mas é um modelo que acho não funciona mais tão bem.

C.N. – Pois é, só para fazer os paralelos, não é? Por exemplo, eu tinha um aluno que era o Gabriel, filho da Esther Grossi, Gabriel Grossi. Ele é jornalista hoje eu acho que em São Paulo. Eu tenho vários ex-alunos meus daquela época que hoje são professores, doutores, que eu conheço ainda. Alguns eu encontro aqui em Porto Alegre, eu digo: “Passou o tempo, não é?”. Mas a Esther Grossi, na época, fazia trabalhos na área de Matemática e ela trabalhou com as minhas crianças, que na época tinham cinco anos, os blocos lógicos do Dienes – que eram uma revolução na área de Matemática, não é? Então, eu trabalhei com os blocos lógicos matemáticos com minhas crianças de cinco anos. Eu tinha rodinha de conversa. Então, a gente trabalhava com temas: “O que vocês gostariam de discutir hoje?”. As crianças traziam o tema que interessavam a eles. Tinha a horinha da conversa, tinha a horinha do trabalho, de pintura, alguma coisa assim. Fiz muito teatro com as crianças. Eu achava isso muito importante: estimular a criança. Não era uma coisa absolutamente regrada: “Agora faz isso, agora faz aquilo”. Não, era sempre a partir do estímulo do que eles gostariam de fazer, como eles gostariam de fazer, estimulando a curiosidade. Mas também, digamos assim, ao assumir uma atividade, essa atividade tinha que ir até o final, não é? São boas lembranças que eu tenho desse período.

C.C. – Foi quase todo o período de faculdade?

C.N. – Todo o período de faculdade.

C.C. – Até se formar?

C.N. – É. Quando eu terminei a faculdade é que eu fiquei pensando: “Bom, e agora? O que vou fazer?”. Eu não queria continuar sendo professora de jardim, eu queria passar para a universidade. Mas como eu ia entrar para a universidade se eu não tinha mestrado e nem doutorado, não é? Aí, eu fui para a pesquisa. Trabalhei no Senac com pesquisa.

C.C. – Nesse projeto com o professor Darcy Gloss.

C.N. – Não, esse foi depois. No Senac, nós fizemos uma pesquisa... Eu trabalhei seis meses no Senac com uma pesquisa sobre a rede hoteleira em Porto Alegre. Foi muito interessante também, mas não era também o que eu queria continuar fazendo. E aí eu fui convidada pelo professor Darcy, que foi uma pesquisa encomendada pela Capes sobre um diagnóstico da pós-graduação brasileira. Eu participei desse projeto por mais de um ano. A sede era em Porto Alegre, o escritório central do projeto era em Porto Alegre.

C.C. – Em 73?

C.N. – É.

C.C. – Por que em 74 ele foi presidente da Capes.

C.N. – Aí ele foi para a Capes. Só que a Capes era no Rio. Aí, eu fui para a Capes também com ele, trabalhando lá, eu e mais duas ou três pessoas (morei um tempo no Rio), preparando os dados, analisando os dados. Esse diagnóstico serviu de base para o primeiro plano nacional de pós-graduação que foi 75 a 79. Bom, aí...

C.C. – Só para entender, você morou no Rio durante um ano, em 74?

C.N. – Não direto. Eu ia, passava um mês, voltava, ia de novo.

C.C. – Você já estava casada?

C.N. – Em 74 sim.

C.C. – Mas o Abílio ficava aqui?

C.N. – Ficava aqui. Ele ia me visitar. [*riso*]

C.C. – Bom, no Rio não é desagradável, não é?

C.N. – Não.

C.C. – E qual foi sua experiência...? Você já conhecia antes, de viajar?

C.N. – Já, já, de viagem, não é? A lembrança que eu tenho era assim: a gente começava a trabalhar de manhã e trabalhava direto até umas cinco, seis horas. Aí, o professor Darcy serviu abacaxi e abria uma champanhe nos recompensando pelo trabalho do dia. Eu lembro que um passeio que eu fiz foi para Paquetá, mas não tinha tempo para ir para...

C.C. – Lá você morava onde?

C.N. – Em um pensionato.

C.C. – Mas em que bairro?

C.N. – Copacabana. Em um pensionato. E aí era um problema quando o Abílio ia.

C.C. – *A utopia urbana* do Gilberto era dessa época, não é? O livro saiu um pouquinho antes.

C.N. – Foi uma época interessante. Mas aí, quando o projeto estava pronto, muitos dados, o Darcy me fez um desafio: “Clarissa, por que tu não pegas esses dados todos e fazes a tua tese de doutorado sobre isso?”.

C.C. – Doutorado já, direto?

C.N. – Direto. Eu fiz o doutorado direto. Mas o doutorado direto tinha que ser fora do Brasil. Exato, porque aqui era... Bom, aí deu um fato que foi importante para nós. Com a vinda do professor Schrader, que veio para fazer a pesquisa dele aqui e conheceu o nosso curso. Quando ele volta para a Alemanha, ele ficou sabendo que a Igreja também luterana da Renânia do Norte-Vestfália tinha um programa de formação para países subdesenvolvidos, especialmente bolsas para mestrado e doutorado, não é? E aí ele aceitou ser coordenador desse programa e disse: “Eu vou levar esse programa para Porto Alegre”. Conversou aqui com a, na época,

coordenadora do nosso curso era a professora Suzana. Esse programa de bolsas promoveu essa formação dos nossos professores que não tinham mestrado e doutorado. Foram doze bolsas de doutorado e dezoito bolsas de mestrado. E o interessante é que era um recurso da Igreja da Alemanha, mas não precisava ir só para a Alemanha. Então, nós temos colegas... O Ruben Oliver foi para a Inglaterra, a Sônia foi para a Inglaterra, Suzana foi para o México, vários colegas foram para São Paulo, Minas Gerais. Os únicos que foram para a Alemanha fomos eu e o Abílio.

C.C. – Então, não tinha um direcionamento para ir para a Alemanha?

C.N. – Não, não. Mas, como eu falava eu alemão, eu fingo: “Não, eu quero ir para a Alemanha”. E com o professor Schrader: “Não, eu te aceito orientar no doutorado”.

C.C. – Mas o Abílio foi com bolsa e você não foi?

C.N. – Claro, porque nós éramos casados, então nós dois pedimos bolsa. Mas a bolsa foi dada para o Abílio.

C.C. – Para o casal.

C.N. – É, para o casal. Então, era por cabeça, não é? Eu fiquei muito indignada. Eu lembro que eu fiz um arrazoado dizendo: “Olha, nós somos casados, mas nós somos duas pessoas. Eu tenho um projeto, Abílio tem outro projeto”. Mas não adiantou, eles disseram: “É uma bolsa para o casal”. Então, fomos com essa bolsa primeiro para Bochum. Na Alemanha, essa bolsa oferecia um curso de seis meses de língua alemã em Bochum, onde era a sede dessas bolsas. Depois eu fui estudar na universidade onde o professor Schrader estava que era a *Gesamthochschule* de Duisburg e quando ele se mudou para Münster, eu fui atrás dele. O Abílio teve que trocar de orientador.

C.C. – Vocês moraram em Münster?

C.N. – Aí, na Universidade de Münster foi onde eu concluí o meu doutorado. Eu concluí em 79. Nós fomos em 75 para lá, em abril, aí fizemos seis meses de curso de alemão. Em outubro de 75, eu comecei, então, o doutorado, e terminei em 79.

C.C. – Vocês moraram lá esses quatro anos?

C.N. – Cinco anos. Porque nós voltamos... Aí eu terminei o meu doutorado em 79 e o Abílio concluiu o dele um pouco... A gente fez um acerto, porque eu também queria engravidar, ter um filho, então eu digo: “Deixa eu terminar o meu doutorado primeiro”. Aí ele me ajudou... Porque na época era datilografia, uma Hamilton pequenininha. A grande ajuda foi quando teve o Errorex, porque até então cada vez que tinha um erro em uma página tinha que datilografar tudo de novo, não é? Eu escrevi a tese metade em português, metade em alemão e depois mandei...

C.C. – O acordo do casal foi você terminar primeiro para engravidar?

C.N. – Para engravidar.

C.C. – E ele terminava depois.

C.N. – E engravidei. Todo mundo disse que eu planejei, mas não foi planejado. Mas eu terminei a tese em dezembro, em janeiro...

C.C. – Filho ou filha?

C.N. – Filho.

C.C. – Nasceu na Alemanha?

C.N. – Nasceu na Alemanha. Nasceu em setembro de 80 e o Abílio concluiu a tese dele ao longo do ano de 80. Só que nós tivemos que voltar, porque como eu estava pronta... Bom, depois que eu concluí a minha tese, o meu professor tinha uma posição de professor assistente e ele me ofereceu essa posição. Eu trabalhei durante um ano com ele, ajudei a criar o Centro de Estudos Latino-americanos, o Cela, também ajudei a organizar uma revista que chamava Anuário de Estudos Latino-americanos, ajudei a organizar uma biblioteca. Então eu tinha atividades na universidade, nesse ano, enquanto o Abílio concluía o doutorado. O problema foi com a polícia, com a imigração, porque eles disseram que eu não tinha contrato de trabalho, que eu não podia trabalhar. Em março de 81, eles me deram um mês para eu sair do país, senão eu seria deportada.

C.C. – Você tinha nacionalidade alemã também?

C.N. – Não, não tenho. Meu avô era alemão por parte de pai, mas veio para o Brasil, em Curitiba. Na época, o que era o Consulado incendiou e ele perdeu toda a documentação. Eu não consigo provar que ele não tinha carteira 19. Ou seja, ele podia ter se naturalizado brasileiro, mas antes não tem essa comprovação. A Itália, Portugal são muito fáceis de ganhar dupla cidadania, a Alemanha não é tão fácil, tu tens que provar realmente que é filho ou neto de alemães. O fato do meu filho ter nascido lá... A Alemanha não é como o Brasil que nasceu aqui é brasileiro, na Alemanha é só se é filho de alemães.

C.C. – Então seu filho também não tinha nacionalidade alemã?

C.N. – Não, só se ele ficasse seis anos ininterruptos na Alemanha.

C.C. – Agora, deixa eu perguntar um pouco mais sobre essa experiência. Aqui, você é alemã; e na Alemanha? Como era essa experiência dessa identidade étnica muito marcada aqui, principalmente na infância, mesmo que na faculdade tenha ficado um pouco diferente? Aí, você vai morar na Alemanha, como é que foi?

C.N. – Não, no meu caso não tive maiores dificuldades, porque como eu falava alemão e tendo o sobrenome alemão, eu sempre tive, digamos assim, uma boa receptividade. O problema maior sempre foi com o Abílio, porque o Abílio era moreno, tinha um cabelão preto enorme e ele era muito confundido com turco. Naquela época, o grande problema era com os turcos. Havia

muita imigração de pessoas turcas e havia uma rejeição muito grande. Então, por exemplo, de entrar em um bar, pedir alguma bebida, alguma coisa e não ser servido. Quando a gente dizia: “Mas nós somos brasileiros”...

C.C. – *Cabeça de Turco*, aquele livro, não é?

C.N. – É. Quando a gente dizia que era brasileiro: “Ah, Pelé, carnaval, café”. Aí, a gente era bem atendido.

C.C. – Eu estou lembrando de uma passagem... Eu entrevistei o Ernesto Geisel, e ele nasceu filho de alemão, falava alemão, também protestante, aquela coisa. Ele, falando que quando foi à Alemanha como presidente, que ele tinha muita vergonha, porque ele falava um alemão muito coloquial e meio arcaico, não era um alemão culto. No seu caso não teve problema de integração na vida cotidiana?

C.N. – Não, não com relação a minha pessoa, o problema, como eu te disse, era... E na época... Hoje é bem diferente, não é? E também hoje, quando eu volto para lá, eu volto como professora, o Abílio também. Na época, não te esqueças que nós pegamos todo o movimento Baader-Meinhof, todo o movimento de esquerda, terrorismo. Então, a gente tinha uma certa preocupação, porque havia muito controle em fronteiras, mesmo na cidade e, bom, nós não éramos alemães, nós éramos estrangeiros, não é? A gente tinha um certo cuidado com relação a isso. Os problemas que a gente passava eram mais problemas, tipo assim, de querer alugar uma casa, mas nós somos estrangeiros: “Ah, então não vou alugar”. Mas quando a gente dizia que era do Brasil, o Brasil sempre foi muito bem quisto assim, apesar de ser pelo lado mais folclórico, como eu te disse: futebol, carnaval e café.

C.C. – Diferente da Turquia.

C.N. – Diferente de outras etnias, não é?

C.C. – Mas o Abílio chegou a sofrer alguma coisa mais direta ou isso era uma coisa difusa?

C.N. – Não, era difusa, era difusa. Especialmente em Münster, que nós moramos em casa de estudante, então tínhamos contato com outros estudantes na universidade, o contato era muito bom. Nós tínhamos grande apoio dos nossos orientadores tanto meu orientador quanto o orientador do Abílio. Não tivemos nenhum problema.

C.C. – Nessa época, em alguns lugares, especialmente em Paris, tinha muito a questão dos exilados. Essa vida política, quer dizer, políticos de várias origens se encontravam lá. Na Alemanha não tinha isso?

C.N. – Tinha também. Esse programa de bolsas que era ligado à Igreja, tinha um programa de bolsas só para exilados. Vários exilados brasileiros que estavam tanto em Bochum, quanto em Berlim e que eram financiados por esse programa de bolsas.

C.C. – Você tinha contato com eles?

C.N. – Sim.

C.C. – Alguma rede de informações sobre o Brasil?

C.N. – Porque quando nós tínhamos seminários, encontros de bolsistas, eles eram convidados e a gente sabia quem eles eram, que eram exilados e tudo. Mas eram intelectuais.

C.C. – Você lembra de alguém em particular?

C.N. – Teve um, o Costinha, ele é mineiro, participou do sequestro do embaixador americano, lembra? Ele hoje mora ainda em Minas Gerais e ele foi trocado, se não me engano, não me recordo. Mas eu sei que ele foi um que foi apoiado. Lembra do Travassos?

C.C. – Sim, Travassos foi da UNE.

C.N. – É. Também foi bolsista. A sigla é *Ökumenischen Studienwerk*, que na verdade é Obra Ecumênica de Estudos.

C.C. – Bom, você também menciona a oportunidade que teve de conhecer muitos intelectuais, inclusive, o Luhmann, que você leu a primeira vez lá? E Habermas e outras pessoas...

C.N. – Sim, lá. Isso é uma das coisas... Das boas lembranças... Apesar de fazer uma tese longe... Estávamos eu e Abílio sozinhos ali, mas eu tinha todos os meus dados, não é? Então, foi um trabalho interessante, mas sempre aquela tensão da tese. Mas a parte, digamos, que é extremamente, que eu julgo que foi uma das coisas mais importantes que eu vivi nesse período, foram as oportunidades que eu tive de conhecer pessoas, de participar de congressos. Nós fomos para a Suécia em um Congresso Internacional de Sociologia. Nós íamos em seminários em Berlim, em Hamburgo. Münster fica três horas de Paris, então íamos à Paris passar o fim de semana. Como nós não tínhamos filhos naquela época, nós tínhamos uma grande mobilidade. Então, onde a gente sabia: “Olha, tem um evento acontecendo”. A gente ia, participava. E Münster fica perto de Bielefeld, onde um dos catedráticos era o Niklas Luhmann. O meu professor, o professor Schrader, começou a ler a Teoria dos Sistemas e disse: “Clarissa, tu podes ler o que tu quiseres, podes também trabalhar com outras teorias, mas eu gostaria que tu conhecesse Niklas Luhmann”. Aí fui conhecer Niklas Luhmann, mas fui à Bielefeld para assistir aulas com Niklas Luhmann. Foi ali que eu o conheci e trabalhei com as obras dele naquela época. A mesma coisa com o Habermas, Claus Offe. O interessante é isso, tinha um grupo... Por exemplo, Niklas Luhmann é uma teoria sistêmica, digamos, neofuncionalista. Habermas foi, digamos, provocado a produzir uma nova teoria social na Escola Frankfurt, ele era bem jovem ainda, que desse conta de todas as transformações e que não fosse ou funcionalista ou marxista. Ele tem uma base marxista, mas ele faz toda uma nova tentativa de produzir uma teoria que é a Teoria da Ação Comunicativa, não é? Mas tinha os marxistas especialmente radicados em Berlim, o Claus Offe, que fazia um trabalho de releitura e de Marx. Bom, eu e Abílio comprávamos muitos livros, tem uma biblioteca enorme que eu já não sei o que fazer com esses livros todos. [riso] Líamos muito também. Então, foi um momento de grande efervescência, de discussão teórica, um pouco de releitura das discussões mais clássicas da teoria na Sociologia, mas também de novas abordagens. Nós tentávamos acompanhar todo esse movimento.

C.C. – Mas, por exemplo, quando vocês iam à Paris, vocês iam só passear ou acompanhavam alguma coisa intelectual também?

C.N. – Porque a gente ficava na Casa do Brasil, onde moravam amigos nossos. Na época, muitas pessoas estavam lá fazendo doutorado e a gente acompanhava. Eu não falo francês. Quer dizer, entendo alguma coisa de francês, mas o Abílio falava francês. A gente acompanhava as discussões, digamos, não indo à seminários e tudo como a gente fazia na Alemanha. Mas a gente tentava se atualizar especialmente através de livros. Na época saiu uma... Porque a Alemanha é, digamos, muito autossuficiente em termos teóricos, não é? E na França que começou toda uma discussão, naquela época, de releitura do Gramsci, e outros autores. Então, nós íamos para a França para nos atualizar em termos de discussões que estavam acontecendo, como Gramsci, Teorias do Estado. Gramsci, na Alemanha, ninguém lia.

C.C. – Mas o meio acadêmico alemão nessa segunda metade dos anos 70, quando você mora lá, como você descrevia? Estou mais habituado a ouvir falar do francês que é muito hierarquizado, uma distância muito grande dos professores. Isso apesar já de 68 e de todas as mudanças. E o alemão, como é?

C.N. – Havia uma corrente muito forte marxista, mesmo nas universidades. A Universidade de Bremen era uma universidade marxista. Berlim tinha grupos fortes de pesquisadores, pensadores marxistas. Essa corrente era bem, bem presente. Também Münster, na nossa Universidade. Mushkin era um autor muito conhecido, marxista. Mas aí tu tens a Escola de Frankfurt - Adorno, Horkheimer – que propõe uma discussão, digamos, sobre temas: a questão da cultura, a questão do conhecimento, da ciência. E entra Habermas nesse grupo, com essa Teoria. Aí, tu tens um outro movimento que é Luhmann. E é uma discussão alemã. Não tinha muito debate internacional, digamos, autores franceses ou ingleses. Não, eram alemães que estavam ali discutindo as suas teorias, as suas abordagens e, como eu digo, sempre com essa ideia de “nós somos autossuficientes, não precisamos ler os vizinhos”. Luhmann vai trabalhar com um sociólogo italiano e ele passa um tempo na Itália. Lá, ele escreve, inclusive, uma parte da sua obra também. Depois ele volta para a Alemanha de novo. Então, ele tem uma discussão, digamos, com outros autores – Lyotard na França, não é? Aí, já são... Digamos, eu saí de lá na década de oitenta, depois disso... Eu falo especialmente nesse período da década de 70, não é? Tem toda uma discussão, por exemplo, do Real Socialismo, com intelectuais da DDR, da antiga Alemanha Oriental.

C.C. – Aí, tem a questão da Polônia, da solidariedade, abriu uma brecha nesse Socialismo Real, não é? Bom, o Luhmann te marca até hoje, a obra dele, não é?

C.N. – Eu não sou luhmianna pura, eu gosto da leitura de Luhmann, ele é muito desafiador, não é? Essa ideia dele de sistema, a ideia de que o objeto da Sociologia são as comunicações, não é o indivíduo. Ele toma o indivíduo como um sistema psíquico que comunica coisas. Então, a Sociologia tem acesso não ao psíquico do indivíduo, mas ao que o indivíduo comunica, metodologicamente como ele trabalha com a questão da complexidade. Quer dizer, eu uso o Luhmann, mas não sou luhmianna pura, mas eu orientei já vários, estou no terceiro doutorando que estou orientando que são luhmiannos.

]

C.C. – Mais ortodoxos do que você.

C.N. – Bem ortodoxos, eles só trabalham com Luhmann, não é? Eu trabalho tanto com Luhmann como trabalho com outras teorias. O meu campo de pesquisa é especialmente a Educação e acho que posso dizer que, junto com outros colegas, criamos um campo específico de pesquisa de Sociologia do Ensino Superior, que é o que eu mais faço hoje. Bom, dentro desse campo eu trabalho tanto com outros teóricos que são importantes para a questão da Educação como Bourdieu, os franceses, Alair, Dubet. Mas também trabalho com os alemães, o que, digamos, mais difícil para compartilhar com o meu grupo, porque ninguém fala alemão, só eu. Hoje, eu trabalho muito com Rudolf Stichweh, que foi aluno do Luhmann e assumiu a cátedra do Luhmann quando o Luhmann faleceu. Hoje, ele é a referência em termos sistêmicos na Alemanha. Mas com autores americanos também, ingleses. Então, digamos, eu sou muito pluriteórico-metodológica.

C.C. – Só de curiosidade, você chegou a conhecer pessoalmente, conviver com Luhmann ou não? Era uma coisa só de assistir aula?

C.N. – Não, não, conheci e ele veio a Porto Alegre. Ele veio, fez palestra aqui. Levei ele para a UFRGS. Nunca vou me esquecer de uma cena: nós estávamos sentados, eu acho, tomando um café e alguém perguntou por que ele não incluía os homens na sua teoria. Ele disse porque homens nascem e morrem, e a sociedade continua. Então, o que faz com que uma sociedade continue se os homens nascem e morrem, nascem e morrem, e a sociedade não acaba? O que faz com que ela permaneça? Ele disse: “As comunicações”. Então, de modo bem simples. Mas a passagem dele por Porto Alegre foi muito interessante, não é?

C.C. – Ele não conheceu o Brasil antes?

C.N. – Ele conheceu o Brasil nesse momento.

C.C. – Qual foi a impressão dele, você lembra?

C.N. – Eu acho que ele gostou muito do Brasil. Ele teve no Nordeste a convite do DAD, fez uma palestra lá para uma reunião dos ex-bolsistas do DAD. Ele apresentou a Teoria. Veio à Porto Alegre, fez uma palestra no Instituto Goethe. Esteve na UFRGS também, não é? E ele é, digamos assim, uma coisa que marcou muito, o sociólogo da diferença, enquanto Habermas é do consenso. Aí, o pessoal perguntava: “Qual é a diferença, digamos, entre a sua perspectiva sociológica e a do Habermas?”. Ele disse: “Eu questiono e o Habermas sempre concorda”. [risos] Mas eles têm rixas, não é? Tinham rixas, porque Luhmann já faleceu. Mas era muito interessante, o Luhmann dizia: “Não, o Habermas sempre tem que concordar, tem que concordar. Eu não, eu sempre questiono. O que marca na realidade é a diferença, não é a unidade”. São várias passagens que foram importantes de aprendizado, digamos, do Luhmann.

C.C. – Agora, só voltando a sua trajetória. Você teve filho na Alemanha, não é? E essa experiência da gravidez de ter filho longe da família ou foi alguém da família ficar com você?

C.N. – Não, não. Eu acho que foi bem tranquila, porque eu e o Abílio compartilhávamos tudo. Nós dois queríamos ter um filho, então ele participou de todos os momentos e depois também.

A única coisa que eu fazia era dar de mamar, mas logo depois a gente passou para a mamadeira porque eu tinha que voltar a trabalhar. Tudo compartilhado. Foi bem tranquilo.

C.C. – Pai moderno...

C.N. – É.

C.C. – E a volta para o Brasil em 80. É em 80 que vocês voltam?

C.N. – Em 81. Olha, a volta... Nós tínhamos vários convite, porque na época a Capes já nos mandava...

C.C. – Vocês vieram algumas vezes ao Brasil nesse período, não é?

C.N. – Sim. Em 77, nós viemos ao Brasil para fazer pesquisa de campo. Como eu trabalhava com a pós-graduação, eu queria conhecer um pouco mais sobre as primeiras experiências de pós. Eu entrevistei o Florestan Fernandes. Foi uma das coisas, assim, que até hoje me emocionam, entende? Eu fui muito bem recebida, eu me lembro, na biblioteca. Ele me deu uma entrevista de mais de uma hora falando sobre a experiência da pós-graduação na USP, em Ciências Sociais. Entrevistei um professor da Física, o Hamburger. No Rio também fiz entrevista. Depois fui à Recife, também entrevistei pessoas. Ficamos três meses no Brasil para essa pesquisa de campo, não é? Aí, voltamos para a Alemanha, concluímos o curso. Nesse meio tempo, consegui uma bolsa da Capes. Então, a partir (não me lembro quando foi) de 76 ou 77, consegui essa bolsa da Capes. Bom, na volta, a Capes nos mandou uma correspondência dizendo: “Olha, a Universidade Federal do Ceará e a Universidade Federal do Recife gostariam de convidar vocês para irem lá conhecer, entrevistar e de repente assumir como docentes lá”. Mas a UFRGS também nos mandou um convite, então a gente disse: “Não, vamos ficar em Porto Alegre”. Aí ficamos aqui em Porto Alegre. Fomos contratados em agosto de 81 como recém-doutores com bolsa de CNPq. Aí, isso foi até dezembro. Em janeiro de 82, fomos contratados como professores aí pela UFRGS, adjuntos. Aí começa a nossa trajetória como professores da UFRGS, não é? Nós éramos professores do Departamento de Ciências Sociais, que na época era um único Departamento de Ciências Sociais.

C.C. – Antropologia já tinha...?

C.N. – Não, o Departamento cuidava de todos os assuntos da graduação do curso de Ciências Sociais. Na Pós-graduação, nós tínhamos um mestrado em Ciência Política e Sociologia, começou em 72. Em 79, foi incluída a área de Antropologia. Aí, o Abílio e eu começamos a trabalhar tanto na graduação, eu na Sociologia e o Abílio na Ciência Política. A Pós-graduação era um único programa até final de 85. O Abílio era coordenador de 83 a 85. Havia quase, assim, uma unanimidade... Um programa muito grande, muito diferente, as demandas eram muito distintas dos antropólogos, dos cientistas políticos, dos sociólogos, o formato das disciplinas, as exigências de cada disciplina, por exemplo: Metodologia a Antropologia queria dar de um jeito e a Sociologia dava do outro, não é? Então, o Abílio liderou o processo de separação. O Programa foi separado a partir de janeiro de 1976 em três mestrados: de Sociologia, de Antropologia e de Ciência Política. E eu fui a primeira coordenadora do mestrado recém, novo de Sociologia. Aí, fui coordenadora de 86 a 88 e depois fui várias vezes.

Na década de 2000, fui mais duas vezes coordenadora. E agora, 2013 para 15, minha última colaboração como coordenadora do PPG de Sociologia, não é? Bom, na UFRGS, tanto na graduação, eu dava aula de teoria especialmente Max Weber. Nós dividíamos, um professor dava Durkheim, eu dava Max Weber e outro professor dava Marx nas introduções à Sociologia Clássica, não é? Depois eu trabalhei muito com Sociologia da Educação, trabalhei com Sociologia da América Latina e também trabalhava com métodos. Eu não gosto de fazer só as mesmas coisas, eu gostava de atuar em diferentes frentes.

C.C. – Curiosidade, quando eu fiz graduação em Sociologia também era Durkheim, Weber e Marx. Eram os três basicamente. Hoje em dia está mais diversificado, o Simmel é um autor que é muito usado, um autor alemão e outras coisas estão mais diversificados do que a tríade lá dos...

C.N. – Porque naquela época, digamos na década de 80 e 90, nós tínhamos a Sociologia Clássica e a Sociologia Moderna, aí era Parsons, Merton, Wright Mills e, sei lá, outros autores. Depois começaram a ser introduzidos os contemporâneos, era Habermas, Bourdieu, mas mais recentemente, não é? Hoje nós temos dos clássicos, passando pela Sociologia Moderna e Contemporânea 1, 2, 3, hoje tu tens Elias, Giddens, Bourdieu, Habermas, Honneth, a Frazer (que é antropólogo, mas é lida na Sociologia também). Então, hoje está bem diversificado.

C.C. – Bom, em relação ao tema do doutorado, você ficou com a pós-graduação e você ficou nessa área que você criou também, como você estava falando.

C.N. – É. Como campo de pesquisa eu acho que foram... De novo, por que eu escolhi esse tema? Foi um campo de possibilidades. Eu tinha os dados à disposição, eu digo: “Vamos fazer um trabalho, então, sobre...”. Eu peguei e analisei o período de 1965, ou seja, com o parecer Sucupira até 75, com a formulação do Programa Nacional de Pós-graduação. A minha ideia era um pouco assim: que fatores, que elementos contribuíram para que fosse criada uma pós-graduação no Brasil? Então, são várias políticas...

C.C. – Uma pós-graduação que deu certo, não é?

C.N. – Que deu certo. Porém, na tese eu lembro que eu também fazia uma análise que em algumas coisas a pós-graduação era domesticada, digamos assim. Traz aquela ideia de pesquisa da *Graduate Education* dos Estados Unidos ou da Universidade de Humboldt. Isso, um pouco, quando chega no Brasil não tem muita autonomia, não tem recurso, não é? Então, há uma certa domesticação do modelo de pós-graduação na universidade brasileira. Mas, por outro lado, há todo um empenho oficial por parte do MEC e Capes de realmente instaurar uma pós-graduação de qualidade no Brasil e com recurso. Muitas das análises, por exemplo, que eu faço, podem ver, muitas vezes há coisas interessantes propostas na graduação, mas não tem recurso e aí a coisa não anda. Na pós não foi o aconteceu. Aconteceu que a implantação foi acompanhada de recursos: bolsas, apoio para os programas, apoio para participação...

C.C. – Uma estrutura menor também em termos burocráticos.

C.N. – Exato, exato. Uma outra coisa também importante é que logo foi pensado que essa pós-graduação, para que ela realmente seja de qualidade, ela precisa ser avaliada. Esse é outro ponto que eu acho muito interessante.

C.C. – É tua experiência de avaliadora também que você foi avaliadora da Capes, do CNPq. Avaliação não é uma palavra sempre bem vista no meio acadêmico brasileiro, não é? Às vezes, avaliação tem uma dimensão corporativa ou de ser algo...

C.N. – Pois é. Mas, veja, na pós-graduação a avaliação sempre foi vista como uma coisa absolutamente essencial. Nós precisamos saber o que está acontecendo para manter o que está bem e melhorar o que tem que ser melhorado. E há, digamos, um consenso entre os pares de que isso é bom. Veja, também uma coisa que eu acho interessante, não são os técnicos da Capes que fazem a avaliação, são os pares que fazem a avaliação. Então, essa estrutura que foi montada é extremamente positiva. Eu às vezes acho que é talvez até um pouco exagerada hoje, talvez haja influência demais das áreas sobre os programas. O programa, hoje, olha muito para as orientações das coordenações de área, quando eu acho que a pós tem que ser criativa também, tem que inovar e os coordenadores de área devem prestar atenção para os movimentos que acontecem na pós-graduação, senão tira a autonomia da pós, não é? Apesar de algumas diferenças, há um trabalho conjunto muito positivo entre as comissões de área, a avaliação dos pares e a pós-graduação. O modo como hoje... Hoje nós temos a plataforma Sucupira, não é? Então, é muito transparente, esse eu acho outro dado importante, o que acontece na pós-graduação. Tu podes ir lá, abre ali, pós-graduação em Sociologia e tu vê a nossa proposta, a nossa base curricular, o que nós fazemos, a nossa produção. Então, pode olhar da USP, da UFRJ. Nós, hoje, somos um dos três melhores programas do Brasil, nós somos conceitos 7, com um esforço coletivo muito importante de todos os professores, alunos, do corpo técnico. Então, eu acho que isso é uma coisa... Na pós, a avaliação é parte dessa estrutura, o que muitas vezes tu não observas na graduação. Na graduação tu tens muito problema de avaliação. Há cursos que se engam a ser avaliados, porque se toma muito em termos pessoais, não é? É o professor é avaliado, porque... O professor também é, a produção dele é avaliada, não é? Mas na graduação os alunos avaliam o professor. Aí, bom, se a avaliação é negativa, o que a gente faz com esse professor? Então, eu acho que precisaria discutir melhor a avaliação na graduação e esse é um problema, porque tem um sistema de avaliação monumental na graduação, o Sinaes, mas e o resultado? O que se sabe... Tu tens o conceito provisório de cursos, mas o que quer dizer um 5, um 4 ou um 3? Ninguém sabe direito o que significa isso. Muito boicotes a provas de avaliação. Nós temos a nossa Medicina aqui UFRGS que teve um ano que caiu para três, não é? [riso] Boicote dos alunos. Bom, mas isso... Eu estava querendo falar contigo porque eu fui trabalhar com a pós em função dos dados que eu tive, não é? Quando eu voltei para o Brasil, eu comecei a me dar conta que estava acontecendo um outro fenômeno que era o da interiorização do Ensino Superior. Aí, eu comecei a trabalhar com essa pesquisa especialmente no Rio Grande do Sul, que eu observei esse fenômeno, com a criação de faculdades isoladas – Caxias, Novo Hamburgo, Ijuí, não é? E depois essas faculdades se juntavam e criava universidades e essas universidades se assumiram como um modelo diferente, as famosas Universidades Comunitárias públicas, não-estatais.

C.C. – Passo Fundo também é.

C.N. – Passo Fundo, Caxias, Ijuí, Cruz Alta, Erechim. Isso foi final da década de 80, 90. Eu fiz essa pesquisa, visitei todas as universidades. Trabalhei com os reitores na época e com os professores. Escrevi um trabalho que até foi publicado, na época, no Nupps na USP sobre esse movimento de interiorização e as mudanças de fases da faculdade isolada para a universidade, da universidade para a universitária comunitária. Depois disso, eu comecei a trabalhar com experiências comparadas. Então, trabalhei muito com quando cai o muro de Berlim.

C.C. – É, você manteve essa conexão com a Alemanha, com Münster e com o Schrader, seu orientador, ao longo do tempo.

C.N. – Eu ia, no mínimo, uma vez por ano para lá ou de dois em dois anos. Ele vinha para cá também.

C.C. – Quer dizer, você viu também comparativamente o que aconteceu na Alemanha ou na Europa em geral.

C.N. – Isso. Logo deu a queda do muro de Berlim, eu comecei a estudar a reestruturação das universidades no lado oriental, como elas se reestruturaram. Elas passaram a usar mais o modelo do lado ocidental. Chamaram muitos professores do lado ocidental para participar desse processo. Foi quando eu fui para Kassel. Fiquei um período de três meses em Kassel, que tem um centro de pesquisa sobre Ensino Superior. Aí eu voltei. Depois eu ia para Münster, sempre tentando acompanhar esses movimentos de transformação do Ensino Superior em cima dessa perspectiva de comparação. É difícil comparar Brasil com a Alemanha, mas: por que determinados movimentos aconteciam na Alemanha e por que não no Brasil? O que acontecia no Brasil que não acontecia na Alemanha? Eram, digamos assim, meus pontos de curiosidade que me levavam para essas pesquisas. E aí eu sempre fiquei com o tema do Ensino Superior, ora comparado e depois eu passei a trabalhar com a reforma. Aí, veio o processo de Bolonha em 97, 98, pertinho de 95. Aí, eu comecei a estudar esse movimento de novo: o que é o processo de Bolonha especialmente na Alemanha. Porque a Alemanha tinha uma universidade, a humboldtiana, que era uma tradição e que serviu de modelo para o mundo inteiro. A universidade americana se pautou pelo modelo de Humboldt para criar a *Research University*. O próprio Brasil na reforma universitária, quando cria a indissociabilidade entre ensino e pesquisa é copiado de Humboldt.

C.C. – Mas o que você acha que o modelo de Bolonha afetou esse modelo de universidade de Humboldt?

C.N. – Pois é. A minha curiosidade era essa, como é que você tem um modelo desses...?

C.C. – Um modelo muito bem-sucedido em termos de...

C.N. – Pois é, mas é aí que vem os problemas. Era um modelo bem-sucedido, mas ele começou a virar um elefante branco.

C.C. – Bem-sucedido em termos de impacto que teve nas ciências, não é? Comparado com as escolas francesas isoladas era outra...

C.N. – Mas internamente o que foi acontecendo com as universidades alemãs nesse modelo? Elas eram universidades com uma estrutura pesadíssima. Não tinha currículo. O professor dizia qual era o seu programa. Então, você vai lá: Curso de Sociologia. Você não tinha a menor ideia do que ia ter no ano seguinte na Sociologia. Tu mais ou menos sabias quem são os professores que estão em Berlim ou em Munique, então tu ias atrás dos professores. E o currículo era montado ao bel prazer dos professores. Esse era um aspecto que pode ser positivo e pode ser negativo. O outro problema, o aluno não tinha nenhum compromisso, digamos assim, de ter que terminar o curso em quatro anos. Eram cursos longos. A ideia era essa. Até famosa frase do Humboldt: “*Isolation und freiheit*”, ou seja, isolamento e liberdade. Então, eu monto o meu programa, o meu estudo. Só que isso, em pleno século XXI, começou a ficar pesado. Final do século XX e século XXI começou a ficar uma estrutura muito cara...

C.C. – Por que ficou maior, mais universal?

C.N. – Muita evasão, a evasão começou a ficar muito grande. Então, estrutura muito cara. E havia muita decepção por parte dos alunos com esse tipo de universidade. Só via, assim, desencantamento com esse modelo. Aí, há um movimento de reitores na Alemanha. Eu conheci um dos... Meu amigo, professor Erichsen, foi reitor de Münster, um dos líderes desse movimento pró-Bolonha. Em reuniões de reitores da comunidade europeia, começaram a discutir se não deveriam, digamos, flexibilizar a estrutura universitária e criar maior mobilidade. Esse era o ponto que eles gostariam de enfatizar: flexibilidade e mobilidade. Em princípio eram quatro países que estava discutindo essa reforma, era a França, Inglaterra, Alemanha e Itália, se não me engano. Marcaram uma primeira reunião e resolveram que eles iam se reunir em Bolonha, no ano seguinte, para efetivar a reforma, para pensar melhor a reforma. E para a surpresa deles já tinha mais de vinte países querendo participar do processo, não é? Foi uma coisa, assim, muito rápida. Eu sempre me surpreendo como, digamos, não... Teve reação, mas a reação foi abafada. Em primeiro lugar, funcionário público na Alemanha não pode fazer greve, porque senão perde a aposentadoria. Então, não teve greve de professores e nem de alunos. Rapidamente a estrutura foi mudada. A ordem era, vocês... Era ciclos a... Porque a Bolonha foi a ideia de flexibilizar ou criar uma estrutura de currículo flexibilizada e que fosse dividida em ciclos. A Alemanha não tinha mestrado...

C.C. – Padronizasse também.

C.N. – Exato. Eles não usam a palavra padronizar, eles usam harmonizar. No sentido de que os países têm autonomia, mas deveriam ter uma estrutura que pudesse ser compartilhada pela mobilidade. Aí, o que tu tens? Por exemplo, na Alemanha a orientação foi: “Vocês agora têm um curso de quatro anos e tem que virar três. Mas não encurte simplesmente, repense o currículo”. Bom, essa orientação por alguns foi seguida. Então, tu tens um currículo novo, atraente e tudo. Outros simplesmente sanduicharam os quatro anos em três. Então, criou uma estrutura de novo pesada. E tem a mobilidade. Mas a reação é interessante – uma coisa que a gente está também tentando entender. Hoje são quarenta e nove países que assumiram Bolonha, não é? Hoje já está rediscutindo e há posições muito diversas. Por exemplo, esse professor Erichsen diz: “Bolonha não foi bem entendida. O processo de Bolonha precisa ser melhor demarcado”. Então, esse é um ponto. Outros dizem: “Bolonha foi um exagero, porque padronizou, todo mundo é igual. A mobilidade é difícil porque em verdade o aluno tem três anos, ele quer ficar meio ano fora. Tem o problema de reconhecimento das disciplinas”. Então,

tem prós e contras. Uma outra posição... Eu estive lá em 2011, fazendo uma pesquisa dez anos depois, e aí foi interessante que um professor coordenador da conferência de reitores disse para mim: “Clarissa, acontece que nós estamos um pouco *europamiude*”, ou seja, cansados de tanta Europa, queremos voltar de novo a pensar a universidade na Alemanha.

C.C. – O Reino Unido está saindo da Europa.

C.N. – Está saindo. Agora é uma questão: vai sair? Como vão ficar essas relações? Então, esse foi um outro tema de pesquisa que eu achei bem interessante e venho acompanhando, tenho publicação já feita sobre isso. Mas aí, o que eu queria comentar contigo, uma experiência que foi muito legal na minha vida, foi a minha participação em um projeto *Fulbright*.

C.C. – Na Califórnia?

C.N. – É. Esse é um programa de pesquisa, tinha trinta e dois pesquisadores do mundo inteiro, eu me candidatei (é uma bolsa, um *research grant* na verdade) a essa bolsa pelo Brasil. Fui selecionada. Era um programa bem interessante. Era de um ano e nós começamos com um seminário em Buffalo, nos Estados Unidos, onde o grupo se conheceu e onde foram divididas linhas temáticas. Eu optei pela linha temática sobre *Financing Higher Education*, Financiamento da Educação Superior, expansão e financiamento, um pouco assim. Aí, cada um voltava para o seu país e depois os americanos tinham que sair para um outro país, e os estrangeiros deveriam ir para os Estados Unidos. Isso tudo por conta. Então, eu tinha que achar um pesquisador, um professor, um centro que me aceitasse. Eu em vez de ficar, então, três meses em um único lugar, optei por ficar em dois centros diferentes. Aí, eu fui primeiro para o Arizona, em Tucson, onde tem um centro de Ensino Superior coordenado pelo professor Gary Rhoades. Ele é bem conhecido, ele escreveu um livro sobre *Academic Capitalism* onde ele rediscute as transformações da universidade como um negócio. É bem interessante essa obra dele. E trabalhei lá também com Jane Lee que era uma pesquisadora sobre políticas de inclusão social, não é? Depois eu fui para a Califórnia, para a *Southern California*, com o professor William Tierney e Nelly Stromquist. Lá eu tentei conhecer um pouco, assim, o que é o sistema americano de ensino, quais são as peculiaridades e a relação Ensino Médio e Ensino Superior. O nosso grande problema aqui é o acesso, eles têm muitos problemas também de acesso. Muita gente no Ensino Médio, especialmente em áreas mais periféricas, que não têm a menor ideia do que é universidade, não é? Então, esse meu professor tinha projetos junto às escolas *african-american* e *latin-american* de divulgação do que é uma universidade, das possibilidades, das oportunidades e quem coordenava esses programas eram doutorandos. Uma experiência muito interessante. Bom, eu fiquei, então, esse período lá. Aí, eu voltei para o Brasil de novo. Em fevereiro de 2008, encerramos essa experiência de pesquisa com um seminário em Washington. O meu grupo publicou um livro, está publicado pela Springer, acho que é *Financing Higher Education*. Aí tem experiências do Egito, da África, do Brasil, da Polônia, dos Estados Unidos, do Uruguai. Foi uma experiência muito rica, porque a minha vida acadêmica sempre estava muito voltada para a Alemanha. Então, eu olhei para o outro lado, não é?

C.C. – Mas você teve também em Portugal, não é?

C.N. – Estive em Portugal também.

C.C. – Um pouco depois, em 2010.

C.N. – É, depois. Isso foi uma parceria com um grupo do professor Carlos Benedito Martins da UnB, em um projeto Capes FCT, se não me engano, a sigla deles lá em Portugal, não é? Aí, eu passei um mês lá. O professor Carlos foi primeiro, depois fui eu. Levamos doutorandos também. E trabalhamos junto com a Maria Manuel que é a coordenadora pelo lado lá da Universidade de Lisboa. Foi uma experiência muito interessante. De novo, a minha preocupação, digamos, de pesquisa era conhecer como a Universidade de Lisboa estava implementando Bolonha. Mas eles têm muitos projetos bem criativos. Eles têm um programa, por exemplo, de controle de qualidade, uma coisa bem interessante. Eles têm um programa de inclusão de pessoas com mais idade que retornam para universidade. Então foi também uma experiência bem... Publicamos um livro só que ele está no prelo. [riso] Tem capítulos de pesquisadores portugueses e do grupo aqui do Brasil. Foi uma experiência muito boa também.

C.C. – Você mencionou o Carlos Benedito Martins, a gente já o entrevistou também no projeto. Também a área dele é Educação Superior, está muito envolvido... E pelo teu currículo, vocês dividiram muito grupos de SBS, Anpocs. Você o conheceu em que momento? Que virou mais colaborou, vamos dizer, do tema?

C.N. – Pois é, quando é que eu conheci o Carlos? Eu acho que foi em reuniões da Anpocs que a gente se conheceu. Claro, a Anpocs tinha um grupo de trabalho. Um dos GTs da Anpocs era “Educação e Sociedade”. Quem liderava era Maria Aparecida Gouvêa da USP, depois outras professoras da USP, e o Carlos participava desse grupo. Foi aí que eu conheci o Carlos.

C.C. – Pois é, a Anpocs anualmente tinha esse efeito de trazer gente do Brasil inteiro, não é?

C.N. – Todos os anos em Caxambu, Minas Gerais.

C.C. – E era um encontro muito mais importante e forte do que os encontros disciplinares, que eram menores.

C.N. – É, porque a ideia da Anpocs é reunir pesquisadores das três áreas, não é? Diferente da SBS, da Sociedade Brasileira de Sociologia, que é mais aberta, a Anpocs é restrita aos programas de pós-graduação. Então, são pesquisadores, que estão envolvidos em alguma pós-graduação, que participam da Anpocs. Antigamente eram só os pesquisadores. Hoje, a Anpocs é mais democrática, participam também doutorandos, inclusive, mestrandos, e tem uma parte que é dos pesquisadores jovens, não é? Então, ali, inclusive, alunos de graduação também podem apresentar seu... Isso recentemente, não é?

C.C. – Agora, voltando um pouquinho no tempo, quando você volta ao Brasil. Antes da década da 70, a área de Ciências Sociais tinha instituições centrais: Ciência Política tinha o IUPERJ; Antropologia, o Museu Nacional; Sociologia, a USP. Claro que já vinham surgindo Unicamp e outras coisas, mas o Olimpo das Ciências Sociais eram essas três instituições. E você está em Porto Alegre, uma certa periferia, vamos dizer, em relação a isso – não uma periferia como Nordeste e o Norte, mas não era esse super centro. Não sei como era na época. Hoje é muito diferente, você mencionou os três programas, sete em Sociologia, mas início dos anos 80...

C.N. – Poderia fazer dois comentários com relação a isso. Primeiro é o seguinte, aqui em Porto Alegre nós tínhamos uma Associação de Sociólogos muito importante. O presidente da Associação chamava-se André Foster. Ele era extremamente dinâmico e movimentava, digamos, a Sociologia no Rio Grande do Sul, especialmente aqui em Porto Alegre, a partir de: “Olha, nós precisamos discutir, refletir, fazer seminários para entender o que está se passando no Brasil”. Então, a Associação de Sociólogos era um ponto de encontro. Nós tínhamos encontros, digamos, semanais e trazíamos sempre intelectuais de fora: Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Maria Alice Foracchi, Fernando Henrique Cardoso esteve aqui. Além da nossa Associação, nós tínhamos alguns centros acadêmicos muito dinâmicos, um deles era da ECA, que era da Economia, o centro do Direito. E nós tínhamos também os centros de estudantes do Instituto de Filosofia, Ciências e Letras na época. Então, os centros de estudantes e mais a Associação de Sociólogos... A gente sempre tinha uma vida, digamos, intelectual, ou a gente tentava fazer uma vida bem movimentada com muitos debates, seminários, cursos e encontros. Então, nós tínhamos uma ligação com São Paulo e Rio. Nesse sentido, nós tínhamos um contato. Agora, claro, a USP já era referência, quando o nosso mestrado estava recém começando. Bom, o que eu acho que depois foi mudando é que nós fomos nos qualificando. Então, esse programa de qualificação dos doutores e mestrados com bolsas da Igreja Luterana da Alemanha foi absolutamente fundamental para, digamos, dar esse *upgrade* no nosso programa. Aí esses professores voltaram com seus doutorados e a partir disso começaram a realmente a desenvolver a pós-graduação, a produção de conhecimento, a pesquisa, publicações e passamos a ser referência. Nós tínhamos várias áreas de Sociologia, algumas, na época, bem tradicionais: Sociologia Industrial que trabalhava muito sindicalismo; Sociologia Rural. Hoje, as temáticas são diferentes, chama-se Ruralidade e Ambiente (a antiga Sociologia Rural), Sociologia do Trabalho, temos a Sociologia Econômica, uma linha muito forte de Desigualdade e Minorias, a minha linha que é Sociedade e Conhecimento (que além de Educação tem a questão de ciência e tecnologia, inovação), e também, hoje, temos a Sociologia da Religião, Sociologia da Violência, Sociologia Jurídica. São linhas de pesquisa da nossa pós e os grupos de professores têm centros de pesquisa dentro da linha de pesquisa. Esse processo de qualificação que resultou em maior produção. Nós temos uma revista que é A1 hoje no Qualis, que é a *Sociologias*. Até a década de 80, nós tínhamos uma coisa chamada *Cadernos de Sociologia* que era feito de forma artesanal, que a gente imprimia e depois grampeava. Era a forma que a gente tinha quando o Rio de Janeiro já tinha revista, a *Dados* e o *BIB*. Mas esse esforço que a gente fez de qualificação eu acho que de alguma forma ele foi sendo reconhecido, não é? Nesse ponto, eu acho, que a coordenação diária da Capes, especialmente da Sociologia, teve um papel muito importante, porque antigamente São Paulo e Rio eram referência, não é? Então, lá era o Brasil, lá as coisas aconteciam: “Aqui se faz Sociologia no Brasil”. Nós éramos periferia. Quando a gente falava do Rio Grande do Sul, eles diziam: “Não, vocês têm que falar do Brasil”. “Mas o Rio Grande do Sul é parte do Brasil, não é?”. Me lembro dos famosos projetos guarda-chuva do Finep que a gente fazia e era complicado fazer pesquisa, porque a gente trabalhava com Rio Grande do Sul, mas nós sempre tínhamos que buscar uma conexão com São Paulo, com Brasil para explicar o Rio Grande do Sul. Em São Paulo eles falavam de São Paulo e era Brasil. Mas essas, digamos, diferenças foram superadas e a coordenação de área, especialmente a partir da gestão do professor Sérgio Adorno e José Ricardo Ramalho. Naquele período, houve um reconhecimento, digamos, da qualidade da pós-graduação em Sociologia no Brasil inteiro. Nós temos, hoje, uma pós-graduação de referência em Recife, Minas Gerais, Brasília (UnB) e programas jovens que estão surgindo como em Sergipe, na Paraíba. Então, eu acho que houve uma mudança de reconhecimento e de valorização da pós-

graduação para além do eixo Rio-São Paulo. Hoje, a gente é parceiro, digamos, na discussão e não somos menos.

C.C. – O peso relativo desses programas formadores diminuiu muito porque... Até porque ex-alunos colonizaram ou criaram muitos lugares, não é? Em Ciência Política isso é muito forte. Do Iuperj criaram vários lugares e hoje esses lugares já estão em outra geração.

C.N. – Nós temos aqui no nosso programa três ou quatro professores que são alunos da USP e que vieram aqui para Porto Alegre. A USP segue sendo referência. Quer dizer, tu tens lá o professor Sérgio Miceli, Maria Arminda que são, digamos, a geração que marcou a pós-graduação em Sociologia, Sedi Hirano, Eunice Durham que é da Antropologia, mas sempre é uma referência. E já tem a USP agora uma geração jovem também, muitos dos quais têm pesquisas conjuntas, digamos... Alguns aqui até com colegas meus, mas com outros programas também. Houve uma abertura nesse sentido da USP com relação aos outros programas – o que eu acho importante para a Sociologia. Não adianta ter um programa bom e vinte e cinco ruins. A ideia é qualificar a área, não é? Eu acho que nós temos ainda muitos problemas na área. Bom, tem problema de recurso, mas também tem o problema da própria pesquisa que é uma coisa que nós discutíamos muito lá no CNPq, mas também na Capes se discute: às vezes, a ideia de que pesquisa feita na Sociologia é muito micro, do micro, do micro, entende? Como juntar essas várias pesquisas micro para explicar uma realidade um pouco mais macro? Quer dizer, fazer esse esforço de...

C.C. – Mas você concorda com esse diagnóstico?

C.N. – Olha, eu acho que em parte isso acontece.

C.C. – Mas isso não tem a ver com o próprio crescimento e especialização? Quer dizer, as pessoas não vão fazer uma tese sobre sociedade brasileira, vão fazer sobre uma coisa pequena que ninguém nunca fez, qual o seu recorte, qual seu foco e cobra-se isso, não é?

C.N. – Tu tens razão, mas a questão é quanto tu tens um determinado objeto... Eu vi isso mais no CNPq, quando a gente avalia os projetos de pesquisa para o Universal, para o Ciências Humanas, não é? Então, um projeto sobre uma determinada população, um determinado fenômeno cultural, uma determinada festa. Bom, em que contexto isso está sendo desenvolvido? Um pouco o que se espera é que os resultados de pesquisa sejam pensados em um contexto social maior um pouco. Essa festa faz sentido em que contexto? Como isso acontece? Não só a festa em si, o que envolve esse fenômeno? A ideia de, digamos assim, complexificar um pouco mais essa reflexão que é feita sobre determinados fenômenos que estão acontecendo. Claro, não sempre pensar só o todo.

C.C. – Agora, eu falei aqui da expansão e a necessidade de diferenciação que as pessoas têm, pegam temas pequenos, mas também poderia ter uma explicação possível de que as grandes teorias senão desapareceram... Quer dizer, tem uma geração que foi formada com as grandes teorias, mas uma geração mais jovem que já é uma pulverização, uma metacrítica da crítica das teorias que talvez já faça ficar menos, vamos dizer, pretencioso em termos teóricos.

C.N. – Essa é uma crítica que se faz à área de que há muito pouca preocupação com produções de teorias. O que se ouve, digamos assim, quando se está em ambientes de eventos acadêmicos, seja Anpocs: “Não é tão fácil, quem é que se arrisca a produzir uma teoria hoje? Fernando Henrique”. Digamos assim, a grande teoria pensada aqui é a Teoria da Dependência. Mas existem outras teorias também sendo feitas, mas não é um empreendimento fácil.

C.C. – E já há um bom tempo. Roberto da Matta falando sobre sociedade brasileira talvez tenha sido o último grande intérprete do Brasil.

C.N. – Na Ciência Política tem vários, a questão do Estado no Brasil, tu tens também algumas teorias aí, teorias sobre elite feitas na Sociologia. Aqui e ali tem alguma coisa sendo pensada, mas não é, digamos, o forte da Sociologia. Quer dizer, nós hoje... A Sociologia se caracteriza muito mais pela pesquisa de temas sociológicos atuais ou não atuais, mas muito mais temáticas usando teorias das mais diversas abordagens e muitas vezes, aí vem essa crítica, seriam uma Sociologia muito micro.

C.C. – Mas também um fenômeno que eu também observei – eu entrei no mestrado há trinta anos atrás - que foi o crescimento das associações e sociedades com temas e focos cada vez menores por um lado. Antes estava tudo em um guarda-chuva grande de uma Anpocs, de uma ABA, e agora também tem os seus congressos específicos de Antropologia das Emoções, de Sociologia não sei o quê. Não estou criticando não, estou dizendo que teve esse processo muito de, vamos dizer, também especialização da organização do campo em termo de associações.

C.N. – De um modo um geral, as associações, hoje, se organizam a partir dos GTs, não é? Então, as sugestões são as mais diversas, meses redondas dos mais diversos temas. O aluno de mestrado e doutorado muitas vezes se pauta: “Bom, o que está sendo...? Quais são as áreas temática hoje que são importante para a Sociologia?”. Então, a gente vai lá: a questão da violência, gênero, esporte. Tem alguns temas novos e alguns temas que desaparecem: marginalidade, quem ainda usa esse termo, não é? Outros conceitos que surgiram. Hoje eu estava pensando: subdesenvolvimento, marginalidade era a discussão da década de 60, 70.

C.C. – Campesinato também é uma coisa que surgiu...

C.N. – Esse é um fenômeno eu acho que normal. Vê, nas associações internacionais acontecem a mesma coisa. A ISA tem uma pulverização de temáticas de pesquisa impressionante, não é?

C.C. – Os Comitês de Pesquisa, *Research Committes*, são muito... Acabei de organizar um agora do RC01 lá na Fundação nesses três últimos dias. Ontem acabou. Mas de militares e... “Resolução de Conflitos” é o nome. Mas deixa eu te perguntar mais uma coisa, Clarissa, que em algum momento eu lembrei de perguntar. Nessa discussão mais geral sobre o contexto acadêmico e tal, quando se lê os documentos de Capes, CNPq, avaliações, fala-se muito em interdisciplinaridade, necessidade de ter interdisciplinaridade. Por outro lado, tem uma prática muito difícil de lidar com isso que é da departamentalização, especialização, parece que estar correndo atrás do prejuízo, vamos dizer assim. Como você ver essa questão da interdisciplinaridade? Ao mesmo tempo afirmações disciplinares cada vez mais forte sempre, claro, dizendo que é importante a interdisciplinaridade, mas na prática a placa aqui é

Sociologia, aqui é Antropologia, ali é Ciência Política e as revistas são isso. Não sei qual é a sua impressão.

C.N. – Eu acho que, digamos, aqui no Brasil e mesmo na universidade, a gente ainda tem que aprender a conviver com essas várias possibilidades. A disciplina é importante, ela não vai desaparecer, não deve desaparecer, como a inter, a multi e a transdisciplinaridade são muito importantes também hoje, mas não deveriam, digamos, ser... Pode ser uma alternativa, mas não substitutos. Eu estou orientando uma tese de doutorado agora sobre inter, trans e multidisciplinaridade, sobre os INCTs no Brasil. Então, estamos discutindo bem o que é inter, o que é multi, o que é trans. E os INCTs, por exemplo, deveriam fazer uma pesquisa de fronteira e chegarem à transdisciplinares, não é? Aí, tu observas esse problema, eles vêm de disciplinas. Então, em verdade, em alguns INCTs se observa que realmente eles fazem algo diferente, onde a conjugação de diferentes disciplinas produza alguma outra coisa, não é? Outros não, outros tu notas que professores de diferentes se juntam, cada um faz um pedaço e chama isso de multidisciplinar.

C.C. – Então, corre o risco de um programa, projeto ou departamento multidisciplinar. [riso]

C.N. – Bom, o que se tem, hoje, na pós-graduação é esse esforço. Mas vez que coisa engraçada, a UnB criou um curso de graduação em interdisciplinaridade. O que é isso? O sujeito é graduado em interdisciplinaridade? Eu acho isso, no mínimo, exótico. Pelo menos para mim não faz muito sentido.

C.C. – A USP teve uma tentativa, o Renato Janine, de um curso de Humanidades. Mas era volta a um certo passado.

C.N. – Sim, mas Humanidade tu formas um sujeito que pensa em termos de Filosofia, História, Sociologia, mas um curso Interdisciplinaridade de quê, quais áreas? É uma coisa meio exótica, mas em todo caso... Na pós o que se tem? Um esforço de, ao que eu observo, de criar cursos multidisciplinares, não é? Tanto é que a Capes tem uma área de cursos multidisciplinares.

C.C. – Que ficou muito grande, não é?

C.N. – Está ficando muito, muito grande. Um pouco a gente tem a sensação, tu queres criar um curso novo: “Bom, já tem tanto curso disciplinar, então vou pensar em alguma coisa nova”. Tipo um curso de, sei lá, saúde e cultura. Bom, fica inventando coisas. Eu acho importante todo esse movimento inter, multi, transdisciplinar desde que não... Tipo assim: “Temos que acabar com as disciplinas e todo mundo tem que virar interdisciplinar”. Aí eu acho que não vai funcionar. A discussão eu acho importante, que na pós se possa pensar... Fazer pesquisa inter, multi e transdisciplinar é importante também. É um desafio fazer isso hoje, não é? Especialmente a pesquisa transdisciplinar é a que deveria produzir inovação. Então, algo realmente novo a partir da junção, digamos, tendo como ponto de partida diferentes disciplinas.

C.C. – Pensamento mais indisciplinado.

C.N. – Eu acho que é um tema importante e nós deveríamos discutir. Na universidade a gente deveria ter espaços de debate, espaços de discussão. Mas nós debatemos muito pouco na

universidade: nós não falamos sobre qualidade, não falamos sobre inter, multi e transdisciplinaridade, nós não falamos sobre didática.

C.C. – Mas em relação a experiência cotidiana de ser professora pesquisadora hoje em dia? Você acabou... Em 2014 você virou professora titular. Hoje, sempre que conversa com os pares, ninguém tem tempo de nada, porque são milhares de projetos, de convênios, de eventos, de bancas e não tem tempo. A explicação padrão para tudo isso - por que não se discute isso, por que faz isso – é porque as pessoas não têm tempo, não é? Pensa, bom, ha trinta anos atrás como era quando não tinha internet, não tinha computador? Minha tese de mestrado foi datilografada também. Doutorado já não. O que você acha dessa transformação do cotidiano acadêmico? Você acha é um mito de que antigamente as pessoas tinham mais tempo? O que mudou na prática cotidiana do ofício?

C.N. – Não. Eu acho que falta interesse mesmo e um projeto para a universidade, sabe? Alguém precisa promover esses debates, essas discussões.

C.C. – Mas isso são as lideranças intelectuais.

C.N. – Exatamente. Claro que todo mundo fala da falta de tempo, falta de tempo, mas se me convidam para uma reunião para discutir a graduação, eu vou. Mas eu não sou convidada para discutir a graduação. Eu já fiz, eu comentei aqui, até nós agora temos um novo reitor e nos debates, uma das coisas... Não foi em um debate, mas em conversas, eu chamei a atenção que nós nunca recebemos no campus a visita do pró-reitor de graduação, o de pós-graduação sim. Então, quando a gente faz um evento na pós-graduação a gente convida, mas a graduação não é discutida. E quando eu comento isso: “Bom, mas cada graduação tem o seu estilo, seu formato, seus problemas”. Eu digo: “Sim, mas...”. Hoje, uma coisa que eu leio muito e, inclusive, introduzi nas minhas aulas agora com algumas novidades em termos de didática. Quer dizer, nem tanto novidade na... É o modelo de didática, *Inverted Class Model*, que é um pouco trabalhar de forma presencial e virtual, que o aluno participe mais das aulas através de leitura, de exercícios e fugir um pouco de quatro horas de aulas expositiva, expositiva, o professor falando, falando e o aluno dormindo. É uma aula muito chata para dizer bem a verdade. Então, eu fiz essas alterações e tive cinco desistências, os alunos não gostaram do modelo, mas os outros ficaram, assistiram, gostaram e participaram ativamente do programa - um programa muito mais dialógico do que expositivo. Mas eu acho que na universidade nós não discutimos o que é qualidade na universidade, a relação professor e aluno. Os departamentos deveriam puxar essa discussão, a pró-reitoria, as câmaras de graduação poderiam puxar essa discussão. É que discutir isso e assumir determinadas posições implica em trabalho. Para mim, um pouco mais é isso. Quer dizer, pensar uma reforma de currículo: “Vamos rediscutir o currículo e vamos mudar”. Nós temos que colocar a mão na massa. Então, às vezes: “Não, deixa como está. Por enquanto está bem, não precisamos fazer nada, não é?”. Eu tenho acompanhado, por exemplo, as discussões tanto na Alemanha, na Universidade de Münster. Quando eu estive lá em 2011, eu entrevistei a pró-reitora de graduação na época, ela disse: “Clarissa, eu visitei *todos* os departamentos duas vezes esse ano para saber como eles estavam, como ia a reforma”. Ela fez mais de duzentas e tantas reuniões com todos os chefes de departamentos. *Ela* ia aos departamentos. Há intensas discussões (e a gente pode ver, inclusive, pelo site) do projeto de qualidade da Universidade de Lisboa. Quando eu estive na Califórnia eles estavam rediscutindo o formato do Instituto de Educação junto com as

Humanidades e a Califórnia é uma das cinquenta melhores universidades. Eles não querem chegar ao *ten top*. Eles dizem: “Nós nunca vamos chegar lá, mas nós queremos continuar sendo uma das cinquenta melhores. Para isso nós vamos nos avaliar”. E aí, uma das coisas que eles tinham um curso, não me lembro qual era o curso, mas tinha muito pouca demanda. Então, eles fecharam esse curso e fizeram uma pesquisa para saber que outros cursos eram interessantes. Então, nós agora... Depois do Reuni, foram criados alguns cursos novos como Políticas Públicas, Design, Arquivologia. Mas tem outros cursos que foram criados para criar, porque o Reuni era um projeto que tinha pouco tempo. Então, para conseguir o recurso, as universidades tinham que criar os cursos da noite para o dia. Eu estou fazendo uma pesquisa agora sobre o Reuni. Tem um dado que é muito interessante... Eu só tenho o dado, eu agora estou indo atrás dos detalhes: o número de cursos criados entre 2007 e 2014 na área das Humanas cresceu cento e trinta por cento. Ou seja, de 207 para 14 foram criados cento e trinta novos cursos de graduação nas Humanidades e a matrícula decresceu quatro por cento. Então, tu crias curso, tu tens uma diminuição de quatro por cento da matrícula? Então, são cursos que provavelmente não tinham demanda, mas foram criados, não é?

C.C. – É, agora o que vai acontecer com eles...

C.N. – É, o que vai acontecer, não é? Eu, agora, estou tentando descobrir que cursos são esses, que universidades e por que houve essa queda de matrícula. Eu acho que tem discussão, planejamento... Digamos, pensar em inovação é outra coisa que também não se discute. Inovação é muito ligada a questão tecnológica. Hoje, inovação se discute como algo que pode se dar em qualquer área, por exemplo, inovação no campo das políticas sociais, que tenha algum resultado social é muito importante. Eu vejo isso em outras realidades. Na Ásia, as universidades na China, na Índia... Quer dizer, há uma movimentação impressionante lá, por exemplo, o projeto das *World-class Universities*, especialmente na China. Está bem claro o que se quer com as *World-class Universities* e as demais... Há um planejamento por trás, há uma meta por trás. Eu, um pouco, acho que nós não temos isso no Brasil.

C.C. – Mas a China, por exemplo, tem um centralismo democrático lá que define o que cada um vai fazer, não é? [riso]

C.N. – É que nós estamos agora... É um outro projeto que eu participei coordenado pelo professor Simon Schwartzman sobre os Brics, *Higher Education in the Brics Countries*. Então, é muito interessante ver como o Ensino Superior vem se transformando comparando os mesmos tópicos no Brasil, na China, na Índia, na África do Sul e na Rússia. É bem interessante esse trabalho também. Eu queria comentar ainda com relação as pesquisas que eu venho desenvolvendo, eu sempre estou buscando entender o que está se passando no Ensino Superior, que transformações estão acontecendo, não é? E por isso, depois, para além... Quer dizer, pesquisas que mantenho, essa da comparação entre Europa... As transformações que vem acontecendo na Europa e nos Estados Unidos... Nos últimos anos eu venho desenvolvendo a pesquisa sobre políticas de inclusão social. Então, os programas Prouni e as políticas de cotas. É uma coisa que eu acho bem interessante para ver: impacto que essas políticas tiveram na universidade, mas também na vida dos estudantes. Então, eu tenho feito entrevistas com estudantes para entender um pouco a trajetória (são todos alunos que vêm de escola pública, família de baixa renda) e o impacto que eles sentem quando chegam na universidade. É muito interessante.

C.C. – São as pesquisas atuais, em andamento, vamos dizer assim.

C.N. – É, são mais atuais.

C.C. – Bom, a gente está há mais de duas horas conversando. Para quem disse que não gostava de dar entrevista, se saiu muito bem.

C.N. – [risos] É, eu não gosto de dar entrevista. Bom, não sei se consegui dar conta de falar um pouco da minha trajetória.

C.C. – Não, é a sua trajetória. Eu acho que foi muito bem... Os temas a gente podia ficar conversando muito mais, mas tem também a sua produção ainda por sair, enfim, as coisas recentes. Tem uma pergunta que eu quase sempre faço de curiosidade aos entrevistados, a gente começou de brincadeira nas primeiras entrevistas e manteve, que era: Se você tivesse que destacar um livro que foi marcante, um livro na sua formação que “nossa, esse livro foi”, qual seria?

C.N. – Foram tantos. Deixa eu pensar. Na formação ou mais no campo da pesquisa?

C.C. – Tanto faz. No campo da pesquisa que te marcou como cientista social.

C.N. – Podia mencionar tantos. Aqui, no Brasil um livro que me marcou foi *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica* de Florestan Fernandes. Belíssimo livro.

C.C. – Vários entrevistados tiveram a mesma...

C.N. – É, foi o primeiro, assim, que me veio à cabeça. É um livro que a gente lê, lê de novo, lê de novo e lê de novo. É muito importante. Um livro aí mais ligado agora à Educação e Sociedade da Maria Alice Foracchi, onde tem um texto do Florestan sobre os dilemas da educação brasileira que até hoje eu uso nas minhas aulas. Muito, muito importante esse livro. O que mais? Darcy Ribeiro, *A Universidade Necessária*. Na Sociologia, Florestan, digamos, é o mais marcante e depois os textos do Ianni, professor Octavio Ianni também, digamos, em termos de formação sociológica. É claro que Teoria da Independência, Fernando Henrique, *Autoritarismo e Democracia* do Fernando Henrique são todos livros que foram importantes. Mas eu digo na formação, no aprendizado de fazer Sociologia, o *Fundamentos Empíricos* foi e é muito importante, continua sendo um livro de referência, não é? Acho que chega.

C.C. – Está ótimo. Bom, Clarissa, muitíssimo obrigado pela entrevista, foi um prazer conversar com você.

C.N. – Eu que agradeço o convite. Me sinto honrada em fazer parte agora desse grupo seletivo de cientistas sociais entrevistados pelo Celso e espero ter falado um pouco sobre a minha trajetória. Como eu te disse, é uma trajetória de uma professor e pesquisadora, nada mais.

[FIM DE DEPOIMENTO]

